

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOS SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 042/2025
Data: 17/03/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
ENTORNO DE VIADUTO NA RODOVIA ANCHIETA TERÁ OBRAS PARA MELHORAR ACESSO AO PORTO DE SANTOS	4
PREFEITO DE CUBATÃO DISCUTE PÁTIO DE CAMINHÕES COM GESTOR DO PORTO DE SANTOS	6
DP WORLD E MAERSK FAZEM ACORDO PARA OPERAÇÃO NO PORTO DE SANTOS.....	7
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, BRASIL PODE SER REFERÊNCIA.....	8
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO.....	9
ESTADOS DO NE LIDERAM INTERESSE NO LEILÃO DE RESERVA ENERGÉTICA	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	10
AVISO DE PAUTA: ANTAQ REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O TECON SANTOS 10 AMANHÃ (18).....	10
ANTAQ APROVA FISCALIZAÇÃO TEMÁTICA DE QUALIDADE DO SERVIÇO LONGITUDINAL DE PASSAGEIROS	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	12
AEROPORTO DE NORONHA VOLTA A RECEBER AERONAVES A JATOS A PARTIR DESTA TERÇA-FEIRA (18)	12
AEROPORTO DE DOURADOS (MS) RECEBE R\$136 MILHÕES DO NOVO PAC PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA.....	13
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	14
MINISTRO RENAN FILHO ENTREGA A PAVIMENTAÇÃO DA BR-416/AL, NA SERRA DA CATITA, NESTA SEGUNDA-FEIRA (17). 14	
BE NEWS – BRASIL EXPORT	15
EDITORIAL – A URGÊNCIA DE PLANOS DE CONTINGÊNCIA NO SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES	15
NACIONAL - HUB – CURTAS - PL QUER NORMALIZAR REACOMODAÇÃO DE PASSAGEIROS EM CLASSE INFERIORES EM AVIÕES	16
<i>Reacomodação 1.....</i>	<i>16</i>
<i>Reacomodação 2.....</i>	<i>16</i>
<i>Reacomodação 3.....</i>	<i>16</i>
<i>Na pauta</i>	<i>16</i>
<i>Ouro chinês 1.....</i>	<i>16</i>
<i>Ouro chinês 2.....</i>	<i>17</i>
<i>Ouro chinês 3.....</i>	<i>17</i>
REGIÃO NORTE - MPF COBRA ESCLARECIMENTOS SOBRE DRAGAGEM NO RIO TAPAJÓS SEM CONSULTA A COMUNIDADES INDÍGENAS.....	17
BRASIL EXPORT - BRASIL TECH EXPORT DESTACA O PCS NO PORTO DE SANTOS	18
REGIÃO SUDESTE-ECOVIAS INICIA REMOÇÃO DOS DESTROÇOS DA PASSARELA NA VIA ANCHIETA	20
REGIÃO SUDESTE - VALE E SENAI OFERECEM 25 VAGAS PARA CURSO GRATUITO EM ITAGUAÍ.....	21
REGIÃO SUL - IBAMA RECEBE ESTUDO PARA LICENÇA AMBIENTAL DO PORTO MERIDIONAL	21
REGIÃO SUL - GOVERNO ABRE CONSULTA PARA REVISÃO DA POLIGONAL DO PORTO DE RIO GRANDE	22
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - TREINE! NÃO DÁ PARA “DORMIR EM BERÇO ESPLÊNDIDO”?	23
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - FICO-FIOL, O ENGATE AVANÇA	25
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - A AMAZÔNIA DIANTE DO COLONIALISMO TECNOLÓGICO.....	26
JORNAL DA ORLA - SP.....	27
AUTORIDADE PORTUÁRIA ESTUDA OUTRAS ÁREAS PARA PÁTIO EM CUBATÃO	27
JORNAL O GLOBO – RJ.....	29
COM ALCOLUMBRE E HUGO MOTTA, LULA ANUNCIA NESTA TERÇA ISENÇÃO DO IR PARA QUEM RECEBE ATÉ R\$ 5 MIL MENSAIS	29
PRÉVIA DO PIB REFORÇA EXPECTATIVA DE ALTA FORTE NO 1º TRIMESTRE, PUXADO PELO AGRO	30
PROJETO DE HIDROGÊNIO VERDE DA VALE PARA CADEIA DO AÇO SE TORNA PRIORIDADE PARA UE.....	30
TARIFAS DE TRUMP FARÃO MUNDO CRESCER MENOS E EUA SERÃO AINDA MAIS AFETADOS, ALERTA OCDE.....	31
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	32
PIB DO BRASIL DEVE CRESCER MENOS COM JUROS ALTOS E TARIFAS DE TRUMP, DIZ OCDE	32
TRUMP: EUA PERDEM US\$ 4 TRI NA BOLSA, TEMEM RECESSÃO E ‘ÍNDICE DO MEDO’ DISPARA; VEJA EM 6 GRÁFICOS	33
ANAC LIBERA AVIÕES A JATO EM FERNANDO DE NORONHA PELA PRIMEIRA VEZ DESDE 2022	38
VALOR ECONÔMICO (SP).....	39
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA TEM SUPERÁVIT DE US\$ 1,80 BI NA 2ª SEMANA DE MARÇO	39
CHINA APRESENTA PLANO PARA INCENTIVAR CONSUMO DIANTE DE AMEAÇA DA GUERRA TARIFÁRIA DE TRUMP ÀS EXPORTAÇÕES	39



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 042/2025
Página 3 de 50
Data: 17/03/2025
www.mercosshipping.com.br
merc@mercshipping.com.br

PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	41
FÓRUM SERÁ IMPORTANTE PARA DEBATES SOBRE FORMAÇÃO E DEMANDA DE MARÍTIMOS, DIZ RESANO	41
DECISÃO DO STJ SOBRE MULTAS ADUANEIRAS IMPACTA PROCESSOS NO CARF.....	42
PROJETO TECON SANTOS 10 PASSARÁ POR AUDIÊNCIA NESTA TERÇA (18)	43
APS PUBLICA EDITAIS PARA OBRA DE DERROCAMENTO E PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS	44
FPSO ALEXANDRE DE GUSMÃO CHEGA AO CAMPO DE MERO E AMPLIA ATUAÇÃO DA SBM NO BRASIL	44
PORTO DE PARANAGUÁ CELEBRA 90 ANOS COM MOVIMENTAÇÃO RECORDE E AMPLIAÇÃO	45
SEAGEMS CONCLUI INSTALAÇÃO DE ESTACAS TORPEDO NO CAMPO DE MERO 3 COM USO DE PLSV.....	45
ASSOCIAÇÕES VEEM PONTOS A SEREM REVISITADOS NA REFORMA DA LEI DOS PORTOS.....	46
PRIMEIRO REBOCADOR ELÉTRICO DA AMÉRICA LATINA CONCLUI TESTES ANTES DE SEGUIR PARA O CHILE.....	49
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	50
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	50



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ENTORNO DE VIADUTO NA RODOVIA ANCHIETA TERÁ OBRAS PARA MELHORAR ACESSO AO PORTO DE SANTOS

Serviços de remodelação estão previstos para começar ainda este mês; serão investidos mais de R\$ 17 milhões

Por *Bárbara Farias*



Rua Augusto Scaraboto, no entorno do Viaduto Paulo Bonavides, será pavimentada pela Prefeitura (Alexsander Ferraz/Arquivo AT)

A remodelação do entorno do Viaduto Paulo Bonavides, único acesso da Via Anchieta para a Alemoa Industrial, em Santos, começa ainda neste mês. O intuito é facilitar o fluxo de caminhões que se destinam às indústrias e terminais portuários situados ao longo da Margem Direita do Porto de Santos. Em razão dos frequentes gargalos logísticos, a Associação das Empresas do Distrito Industrial e Portuário da Alemoa

(AMA) cobra mais rapidez nos trabalhos.

Segundo a Prefeitura de Santos, o projeto inclui a Rua Augusto Scaraboto. As obras começarão ainda neste mês e serão executadas pela empresa TMK Engenharia. O prazo de execução é de 12 meses.

O projeto engloba pavimentação, drenagem e remodelação da saída do viaduto. Serão investidos R\$ 17,9 milhões na totalidade das obras, sendo R\$ 13,6 milhões do Governo do Estado e mais R\$ 4,3 milhões de contrapartida do Município.

Além da pavimentação, recapeamento e instalação de guias e sarjetas na saída do elevado, as intervenções na região envolvem a instalação de 34 luminárias de LED, limpeza e regularização de áreas para ajardinamento. Está prevista também sinalização viária no final do elevado, para eliminar o cruzamento semafórico.



João Menano, presidente da Associação das Empresas do Distrito Industrial e Portuário da Alemoa (AMA) (Alexsander Ferraz/Arquivo AT)

Importância

Em entrevista para A Tribuna, o presidente da AMA, João Menano, afirmou que é preciso dar celeridade às obras viárias previstas. “A gente sabe que toda obra tem transtorno, mas é positivo porque vamos ter um ganho grande na faixa de rolagem com a obra da Rua Augusto Scaraboto, na saída do viaduto”, salientou.

A vice-presidente da AMA, Rose Fassina, acrescentou que o ideal seria que as obras fossem executadas à noite, a fim de minimizar os transtornos à população e no trânsito. “Qualquer obra que se faça na Alemoa causa transtorno, tanto no distrito industrial e portuário quanto na entrada de Santos, porque forma uma fila na Via Anchieta, o que a gente chama de rabo de fila”.

Além disso, Rose pontuou que o distrito industrial da Alemoa necessita de “obras mais robustas” para equalizar os gargalos logísticos na região, como os dois viadutos esperados, que serão construídos pela Ecovias Imigrantes.

Regional

A Associação das Empresas do Distrito Industrial e Portuário da Alemoa (AMA) reivindica junto à Prefeitura de Santos a instalação de uma unidade regional da Administração Municipal no bairro. O pedido foi feito durante reunião com representantes das secretarias de Assuntos Portuários e Emprego e de Infraestrutura e Serviços Públicos no último dia 13 de fevereiro.

“Nós temos 26 empresas na Alemoa industrial, o que gera um grande fluxo de caminhões, pessoas e cargas. Então, seria importante ter um gerente regional vivendo o dia a dia e cuidando mais diretamente de assuntos como limpeza, pavimentação, drenagem e iluminação, da zeladoria do bairro”, afirmou o presidente da AMA, João Menano.

Em nota, a Administração Municipal informou que “a criação de uma Prefeitura Regional na Alemoa Industrial está em análise”.



Operários fazem as sondagens na Rua Aurélio Batista Félix, antiga Via C, no Bairro Alemoa; serviço antecede obras (Divulgação)

Sondagens embasam projeto de novo acesso

A Ecovias Imigrantes deu início às sondagens na Rua Aurélio Batista Félix, no Bairro Alemoa, para embasar o projeto executivo do novo viaduto na altura do Km 61 da Via Anchieta e das adequações viárias do acesso do bairro para a rodovia.

O projeto deve ser entregue à Agência de Transporte do Estado (Artesp) em abril. Ainda não há autorização ou cronograma pactuado para o início das obras.

“Entre as melhorias previstas estão a criação de um acesso da Rua Aurélio Batista Félix para a Avenida Bandeirantes e a implantação de uma faixa adicional na Via Anchieta. O valor total da obra ainda não foi definido”, disse a Ecovias.

A concessionária informou que segue desenvolvendo o projeto do segundo acesso ao Porto, para a resolução de conflitos entre os sistemas viário e ferroviário. “A localização dessa estrutura ainda está em avaliação e será definida após a conclusão do estudo”.

Essa obra estava prevista no contrato de cessão da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips), mas foi assumida pelo Estado. Em troca, a APS destinará R\$ 250 milhões ao Governo de São Paulo para moradias populares.



APS fará intervenções da saída do acesso até o início da Avenida Engenheiro Augusto Barata, o Retão (Alexsander Ferraz/Arquivo AT)

APS licita reforma da Avenida

Perimetral A reforma na Avenida Perimetral, no acesso à Alemoa, deve começar ainda neste semestre. A Autoridade Portuária de Santos (APS) licitou o serviço no último dia 27. O projeto engloba intervenções no final do Viaduto Paulo Bonavides e no acesso ao bairro, seguindo pela Rua Augusto Scaraboto até o início da Avenida Engenheiro Augusto Barata, conhecida como Retão.

Conforme o edital, o certame é na modalidade de menor preço. Após a abertura das propostas, as etapas seguintes serão julgamento, habilitação, recurso e, por fim, homologação da empresa vencedora. “O prazo de validade das propostas enviadas pelas empresas é de — no mínimo — 60 dias, período no qual o processo deve ser finalizado”, informou a APS em nota.

A vigência do contrato é de 22 meses. O prazo de execução previsto para os serviços é de 18 meses, dos quais três meses serão dedicados à obtenção das licenças e autorizações necessárias e 15 meses à execução da obra.

O presidente da APS, Anderson Pomini, disse que as obras “estão no contexto da preparação daquela região para atender a expansão do complexo portuário na Margem Direita do Porto de Santos. Isso porque será feito o leilão para o megaterminal Tecon Santos 10, que, após sua completa implantação, movimentará 3,5 milhões de contêineres por ano, fazendo o Porto chegar, na sua totalidade, em cerca de 9 milhões de contêineres por ano”.

Ele observou que a reforma da perimetral é uma obra complementar aos dois viadutos que serão erguidos pela Ecovias Imigrantes.

Segundo a administração portuária, o rito envolve obtenção do licenciamento ambiental e elaboração do projeto executivo, sondagens, ensaios geotécnicos e montagem do canteiro de obras. Já a reforma em si engloba terraplanagem, drenagem, iluminação, pavimentação e sinalização. Para a execução dos trabalhos será necessário desviar o tráfego e remanejar redes de água, esgoto e de fibra ótica. “Os desvios necessários serão detalhados no projeto executivo e implantados em diálogo com a municipalidade”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/03/2025

PREFEITO DE CUBATÃO DISCUTE PÁTIO DE CAMINHÕES COM GESTOR DO PORTO DE SANTOS

César Nascimento, que é contra projeto, pediu reunião com presidente da APS, Anderson Pomini, em janeiro

Por ATribuna.com.br



Área de 412,5 mil metros quadrados na Ilha do Tatu tem capacidade para 1.020 caminhões, afirma APS (Alexsander Ferraz/AT)

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, se reuniu com o prefeito de Cubatão, César Nascimento (PSD), no Paço Municipal, para debater a instalação de um pátio de caminhões da Ilha do Tatu, ao lado do Viaduto Mário Covas e da interligação Anchieta-Imigrantes. A reunião, que ocorreu na última quinta-feira, havia sido pedida há mais de um

mês pelo chefe do Executivo cubatense, que é contra o projeto.

A APS assinou contrato com a empresa Condilog, por 35 anos, para exploração da área de 412,5 mil metros quadrados (m²) na Ilha do Tatu. A área verde, com capacidade para 1.020 caminhões, pertence à União e faz parte do Porto de Santos. O projeto aguarda manifestação da Cetesb para caminhar.

A APS cancelou, pela segunda vez, a audiência pública sobre implantação desse e de outros três pátios de caminhões na região, que seria realizada na última sexta-feira.

No encontro com o prefeito, Pomini disse que apresentou o projeto em detalhes e ouviu as razões do Nascimento para ser contra. “Vamos aguardar agora a análise do órgão competente (Cetesb) para a

emissão ou não das licenças ambientais (para a Ilha do Tatu). Em paralelo, o prefeito está nos apresentando outras áreas (para o pátio de caminhões) e a gente se compromete a estudar”, afirmou Pomini.

Ele ressaltou que Cubatão precisa ter um representante no Conselho de Autoridade Portuária (CAP). “Cubatão é tão importante para o Porto que chegou a hora de a Cidade ocupar um espaço importante”.

O prefeito de Cubatão já havia oferecido uma outra área para o projeto. Trata-se de um espaço no Polo Industrial com 1 milhão de metros quadrados (m²), mais que o dobro da Ilha do Tatu.

A área oferecida fica na região conhecida como Sítio dos Areais, às margens da Rodovia Cônego Domênico Rangoni.

“Somos contrários (ao pátio na Ilha do Tatu), mas fiquei feliz que ele (Pomini) tenha saído daqui com o pensamento de olhar outros terrenos que possam abrigar esse empreendimento. Não somos contrários ao desenvolvimento do Porto, mas somos contrários aos impactos que afetarão em 40 mil pessoas (de bairros do entorno)”, disse o prefeito.



Deputado estadual Mário Maurici (PT) disse ser contrário ao pátio de caminhões na Ilha do Tatu (Vanessa Rodrigues/AT)

Deputado

O deputado estadual Mário Maurici (PT - foto acima) disse neste sábado (15) ser contrário ao pátio de caminhões na Ilha do Tatu. Ele se reuniu, na última segunda-feira, com o presidente da APS, Anderson Pomini. “Somos a favor do crescimento do Porto de Santos e da instalação de um pátio de caminhões em Cubatão, mas não na Ilha do Tatu.

É preciso respeitar o meio ambiente. A Ilha do Tatu é área de proteção permanente, que precisa ser preservada e por isso não deve receber nenhum empreendimento”, diz ele, que preside a Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente da Baixada Santista.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/03/2025

DP WORLD E MAERSK FAZEM ACORDO PARA OPERAÇÃO NO PORTO DE SANTOS

Acordo de longo prazo estabelece a implementação de seis serviços e oito escalas semanais ao longo de 2025

Por ATribuna.com.br



DP World investirá R\$ 450 milhões para expandir a capacidade (Vanessa Rodrigues/Arquivo AT)

A DP World Brasil firmou acordo com a Maersk, empresa de transporte marítimo e logística, para operação no terminal de Santos. Pela parceria comercial, a DP World expandirá a capacidade e volumes, enquanto a Maersk assegura atendimento no longo prazo, com nível de serviço mínimo acordado.

O acordo de longo prazo estabelece a implementação de seis serviços e oito escalas semanais ao longo de 2025, com previsão de crescer para sete serviços e dez escalas semanais a partir do segundo ano, após a primeira fase de expansão de capacidade a ser realizada pela DP World, quando o terminal atingirá o volume de 1,7 milhão de TEU (unidade de medida de um contêiner padrão de 20 pés). “

É mais um passo estratégico da DP World, reforçando nossa presença no terminal de Santos e abrindo caminhos para novas oportunidades de expansão no Brasil. Esse acordo com a Maersk não só nos permite ampliar nossa capacidade operacional para movimentação de contêineres, como também assegura um serviço robusto e sustentável de longo prazo”, afirma Márcio Medina, vice-presidente comercial da DP World Brasil.

Paulo Ruy, head regional de Terminais e Aquisições Portuárias para a América Latina da Maersk, afirmou que o acordo garante capacidade de serviço para a Maersk em Santos. “Está alinhado com nossa estratégia de assegurar operações confiáveis e eficientes para nossos clientes na região”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/03/2025

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, BRASIL PODE SER REFERÊNCIA

Talvez o tema mais relevante atualmente no cenário marítimo internacional sejam as alternativas que substituirão os combustíveis fósseis

Por *Murillo Barbosa



(Vanessa Rodrigues/AT)

Talvez o tema mais relevante atualmente no cenário marítimo internacional sejam as alternativas que substituirão os combustíveis fósseis, utilizados pela frota mundial em operação e pelos novos navios em construção. Os países discutem quais seriam esses novos combustíveis e a escolha afeta os portos do mundo, incluídos os brasileiros. Porém, a indefinição sobre as alternativas não permite que as instalações portuárias se antecipem na preparação para receber navios que utilizem esses novos

combustíveis.

Mas em transição energética, os portos brasileiros, principalmente os terminais de uso privado (TUPs), não estão parados. A matriz elétrica brasileira já tem um percentual elevadíssimo de energia renovável, mais de 90%, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Esse número é significativamente superior à média mundial, de 30%.

O contexto energético brasileiro e as adaptações da infraestrutura para reduzir as emissões geradas pelo próprio funcionamento dos terminais – ou seja, alterações no escopo 1 de emissões, por meio da eletrificação de equipamentos portuários tais como guindastes, terminal tractors, RTG – colocam os portos do País em posição muito mais eficaz na redução de emissões, quando comparados a outros portos no mundo. Em alguns casos, esses portos buscam a neutralidade de carbono eletrificando os equipamentos. Porém, como não contam com uma matriz energética predominantemente renovável, acabam sendo um caso clássico de “trocar seis por meia dúzia”.

Os TUPs estão investindo muito em eletrificação de seus equipamentos no Brasil e, além disso, em geração própria de energia renovável. Também investem na otimização da operação portuária, visando reduzir o tempo de espera dos navios em áreas de fundeio, o que gera muita emissão de gases de efeito estufa (GEE). Um outro investimento que está em análise é o de fornecimento de energia elétrica ao navio atracado, que também contribuirá para a redução das emissões.

Mas, além disso, há novas iniciativas de alguns portos privados que, aproveitando o posicionamento geográfico, as condições climáticas favoráveis e áreas disponíveis para instalação de complexos industriais, estão transformando o ônus da transição energética em grandes oportunidades de novos negócios com a implantação da indústria de energia de baixo carbono. São exemplos o Porto do Açu (RJ), Porto de Pecém (CE), Porto de Piauí, e diversos outros projetos de TUPs.

Estamos vendo iniciativas para a produção de hidrogênio verde, amônia verde e outros produtos. O Brasil pode se tornar referência mundial em produção de energia verde, para exportação e para uso interno. Temos plena condição de transformar o impacto da transição energética em um mar de oportunidades.

*Murillo Barbosa é presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP)

A matriz elétrica brasileira já tem um percentual elevadíssimo de energia renovável, mais de 90%, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

Este artigo é de responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a linha editorial e ideológica do Grupo Tribuna. As empresas que formam o Grupo Tribuna não se responsabilizam e nem podem ser responsabilizadas pelos artigos publicados neste espaço.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 17/03/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

ESTADOS DO NE LIDERAM INTERESSE NO LEILÃO DE RESERVA ENERGÉTICA

Para o leilão, a EPE cadastrou 327 projetos com uma capacidade instalada maior do que 74 gigawatts (GW)

Por Ângela Fernanda Belfort - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



Obras do Terminal de Regaseificação de Suape (Regás) que vai entrar em operação no final de 2026 e estimula disputa no leilão. Foto: Regás/Divulgação

Dois estados nordestinos estão entre os que têm mais interessados em instalar empreendimentos de geração – predominantemente térmicas – no Leilão de Reserva de Capacidade de 2025. Além de São Paulo, que lidera em interesse, Pernambuco e Ceará aparecem nas segundas e terceira posições, respectivamente. O cadastramento foi realizado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O leilão ocorrerá no dia 27 de junho.

A EPE cadastrou 327 projetos com uma capacidade instalada maior do que 74 gigawatts (GW). Deste total, São Paulo lidera com 40% da potência cadastrada, seguido por Pernambuco (23%) e Ceará (11%), Espírito Santo (10%) e Rio de Janeiro (7%). Os demais Estados concentram 8% da capacidade total.

Do total de projetos registrados, 67% correspondem a novas termelétricas, 30% a termelétricas já existentes e 3% a ampliações de usinas hidrelétricas. Foram cadastradas 228 usinas termelétricas movidas a gás natural, totalizando 61,3 GW de capacidade instalada. Além disso, foram cadastrados 87 projetos de termelétricas a biocombustível, somando 6,9 GW, e 12 projetos de ampliação de usinas hidrelétricas que somaram 5,4 GW.

Cresce o interesse na geração térmica

Um dos motivos para o aumento deste interesse de instalar empreendimentos térmicos a gás natural em Pernambuco é o terminal de regaseificação que vai disponibilizar gás natural, quando entrar em operação no final de 2026 no Porto de Suape. “O resultado do cadastramento demonstra a importância de um equipamento como Terminal de Regás em Suape, possibilitando que vários projetos térmicos, à gás natural, possam disputar de forma competitiva a capacidade a ser contratada neste leilão que tem tudo para ser um dos maiores dos últimos anos.”, afirma o diretor-

presidente da OnCorp, João Guilherme Mattos. Ele considera que o Regás é um empreendimento estruturador porque pode duplicar ou triplicar a quantidade de térmicas.

Como funciona o leilão no setor elétrico

O Leilão de Reserva de Capacidade de 2025 tem como objetivo garantir a segurança elétrica e energética ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio da contratação de usinas térmicas, primordialmente à gás natural, mas também contempla térmicas à biocombustíveis e ampliação de hidrelétricas.

Para realizar o leilão, num primeiro momento, a EPE faz apenas o cadastro dos interessados. Depois, é feita a habilitação dessas empresas que vão disputar a concorrência. Os vencedores do leilão se comprometem a implantar o empreendimento num determinado prazo e informam também a capacidade instalada de geração do empreendimento.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 17/03/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

AVISO DE PAUTA: ANTAQ REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O TECON SANTOS 10 AMANHÃ (18)

Consulta pública está aberta e contribuições podem ser enviadas para a ANTAQ até o dia 24 de março de 2025



Foto: Porto de Santos (SP)

Brasília, 17/03/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) vai realizar, nesta terça-feira (18), a partir das 14h30, a audiência pública para tratar do arrendamento do Terminal de Contêineres Santos 10 (Tecon Santos 10), licitação que vai aumentar em 50% a capacidade do Porto de Santos (SP).

O projeto do megaterminal, que será o maior leilão da história portuária brasileira com previsão de investimento de R\$ 5,6 bilhões, deve criar as condições para que o Porto de Santos (SP) se torne um hub para toda a América Latina.

O empreendimento foi reestruturado recentemente pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela Agência e está desenhado para ser o maior terminal do Porto de Santos, consolidando-se como um empreendimento essencial para atender à demanda de movimentação e armazenagem de contêineres e carga geral no complexo portuário.

Os aportes financeiros que serão alocados no terminal, ao longo de 25 anos, vão viabilizar intervenções na área arrendada e nas áreas comuns do porto, incluindo serviços de dragagens da área de manobra e dos berços de atracação do novo terminal.

Sobre a audiência

A transmissão da sessão pública virtual será feita pelo canal da ANTAQ do YouTube a partir das 14h30. Os interessados em se manifestar durante a audiência devem se inscrever pelo aplicativo de mensagens "Whatsapp" no número (61) 2029-6940, das 9h às 17h do dia 17 de março de 2025.

O período de consulta pública sobre o arrendamento do megaterminal está aberto e se estende até às 23h59 do dia 24 de março de 2025, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da ANTAQ, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos à consulta pública do arrendamento do terminal Tecon Santos 10 estão disponíveis na página da ANTAQ ([acesse aqui](#)).

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos exclusivamente através do e-mail: anexo_audiencia022025@antaq.gov.br mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso. O envio do anexo via e-mail não dispensa o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 17/03/2025

ANTAQ APROVA FISCALIZAÇÃO TEMÁTICA DE QUALIDADE DO SERVIÇO LONGITUDINAL DE PASSAGEIROS

O levantamento permitiu entender a satisfação do usuário quanto ao serviço



Brasília, 14/03/2025 - Com o intuito de melhorar a qualidade do serviço longitudinal de passageiros, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou os estudos da fiscalização temática que buscou entender a satisfação do usuário quanto ao serviço prestado.

O levantamento, que já foi finalizado, vai ser utilizado como subsídio para a criação e a definição de critérios de serviço adequado que serão lançados na nova

Resolução Normativa relacionada ao transporte de passageiros, que está em fase de elaboração.

“Para cada empresa fiscalizada, foram preenchidos formulários com quesitos relacionados aos atributos de atualidade, conforto, segurança, preservação do meio ambiente, modicidade, cortesia, higiene, transparência, acessibilidade e regularidade e pontualidade”, explicou a diretora relatora da matéria, Flávia Takafashi.

Resultados

Entre os resultados encontrados, destaca-se que 84% das Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs) oferecem meios de pagamento eletrônico e 72% têm formulários para reclamação de bagagem. No entanto, itens como atendimento do SAC por telefone (30%), venda de passagens online (20%) e emissão de bilhetes eletrônicos (22%) mostram baixa adoção, sugerindo uma oportunidade para maior digitalização e modernização por parte dessas empresas.

Mesmo assim, mostra-se que 100% das embarcações seguem os preços autorizados e 88% oferecem alimentação a bordo para viagens de mais de 4 horas, contribuindo para o conforto dos passageiros.

Nesse sentido, no quesito conforto, verificou-se que a conformidade com os padrões de espaço mínimo de circulação é alta, com 86% das EBNs seguindo o parâmetro estipulado, que 84% das

empresas possuem número adequado de banheiros e lavatórios e que 96% das embarcações têm corredores amplos e desobstruídos.

Em relação a segurança, as EBNs apresentaram alto nível de conformidade, com 100% de cumprimento aos requisitos de segurança essenciais e presença de coletes salva-vidas, 84% utilizam rampa móvel de acesso com guarda-corpo e piso antiderrapante e 98% estão regulares junto à Autoridade Marítima.

Para o tópico meio ambiente e acessibilidade, a ANTAQ tem relatório técnico com recomendações para a implementação de políticas de coleta seletiva de resíduos e vai elaborar um plano de ação para que as embarcações atinjam melhores índices de acessibilidade. Para isso, serão instalados espaços para cadeirantes, item que hoje é atendido por 56% das embarcações, e rampas de acessos adequadas ao quesito acessibilidade, que estão presentes em 64% das embarcações. Com o plano, será possível fixar um grau de conformidade satisfatório em relação a esse quesito.

Assim como o tópico segurança, a cortesia e a higiene também foram muito bem avaliados. Atualmente, 94% das embarcações estão em conformidade com as exigências de limpeza e 94% realizam a remoção do lixo de forma adequada.

Quanto à transparência, constatou-se haver uma boa comunicação com os passageiros na prestação de informações sobre recusa de embarque ou desembarque, chegando a 94%; 72% das EBNs possuem serviço de registro de reclamações; e 82% disponibilizam os valores cobrados de forma acessível.

Somente 52% das empresas comunicam sobre atrasos ou cancelamentos. Por isso, a ANTAQ recomendou que sejam feitos avisos com o máximo de antecedência possível sobre eventuais descumprimentos dos esquemas operacionais.

Apesar disso, essa situação costuma não ser corriqueira, levando em consideração que, no quesito regularidade e pontualidade, observou-se que 98% das EBNs cumprem com assiduidade seus esquemas operacionais.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antag.gov.br
Data: 17/03/2025

Proibição de operações com jatos foi imposta pela Agência Nacional de Aviação Civil em 2022 devido a riscos na pista



Medida foi adotada após intervenções na pista de pouso e decolagem - Foto: Divulgação

O Aeroporto de Fernando de Noronha voltará a receber aeronaves a jatos a partir desta terça-feira (18), após a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) revogar a decisão de 2022 que suspendia as operações. A medida ocorreu depois de o

governo do Estado de Pernambuco e a concessionária responsável pelo aeródromo terem dado início às obras para garantir segurança na pista de pouso e decolagem.

“Essa retomada é um avanço importante para Pernambuco e para o Brasil. Fernando de Noronha é um dos destinos mais procurados do país e garantir mais conectividade significa fortalecer o turismo e a economia local”, afirmou o ministro Silvio Costa Filho.

As intervenções realizadas até o momento incluem a requalificação de uma faixa central de 18 metros de largura ao longo de toda a extensão da pista de pouso e decolagem, bem como a recomposição provisória da sinalização horizontal, que permite o retorno com segurança das operações de aeronaves a jato.

A recuperação completa da pista de pouso e decolagem do Aeroporto de Fernando de Noronha seguirá até o fim do ano. As obras previstas para ocorrer entre março e dezembro de 2025, conforme cronograma enviado pelo Governo do Estado de Pernambuco, serão monitoradas pela Anac e são condicionantes para a continuidade das operações de aeronaves a jato no aeródromo.

Segurança na pista

A liberação parcial das operações de aeronaves a jato em Noronha estará condicionada ao cumprimento, por parte do operador aeroportuário e das companhias aéreas, de medidas para reduzir os riscos na pista.

De acordo com a Anac, a Agência continua monitorando a execução das ações corretivas na pista do Aeroporto de Fernando de Noronha com a expectativa de que os ajustes necessários sejam realizados conforme o cronograma estabelecido e atendam aos requisitos normativos vigentes.

A medida cautelar que proibiu as operações de aeronaves com motores a reação no Aeroporto de Fernando de Noronha foi decretada em 12 de outubro de 2022 pela Anac para garantir a segurança das operações aéreas. À época, a decisão ocorreu frente a possibilidade de que as aeronaves aspirassem detritos da pista de pouso e decolagem, colocando em risco as operações. O aeródromo seguiu liberado para aeronaves equipadas com outros motores, como os turboélices.

Com informações da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 17/03/2025

AEROPORTO DE DOURADOS (MS) RECEBE R\$136 MILHÕES DO NOVO PAC PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Ministro Silvio Costa Filho anuncia, ainda, aporte de mais de R\$800 milhões para outros terminais de Mato Grosso do Sul



Governo Federal anuncia R\$ 939 milhões para modernizar os aeroportos de Mato Grosso do Sul - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, inaugurou uma série de melhorias de infraestrutura do Aeroporto Regional de Dourados (MS), nesta sexta-feira (14), e anunciou novos investimentos para a segunda etapa de ampliação e modernização do terminal local e em outros aeroportos do estado. Ao todo, são mais de R\$ 939 milhões para melhorar o modal aéreo de Mato Grosso do

Sul.



A obra entregue nesta sexta somou R\$ 97 milhões com recursos do Novo PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal. Agora, o aeroporto de Dourados conta com pista de pouso e decolagem ampliada e revitalizada, novo pátio de aeronaves e uma nova taxiway. As melhorias permitem ao aeroporto voltar a receber aeronaves maiores e aumentar o fluxo, inclusive simultâneo. O aumento da capacidade de infraestrutura do terminal é uma demanda essencial para expandir as operações aéreas dos municípios para demais cidades brasileiras, garantindo ao povo de Dourados a opção de transporte mais ágil e seguro.

Para o ministro Silvío Costa Filho, esse é um momento histórico para a aviação de Mato Grosso do Sul. “Desde que assumimos o ministério, o presidente Lula pediu para ampliarmos o diálogo para promovermos o maior volume da história da aviação do estado e é isso que estamos fazendo. Os investimentos vão deixar o aeroporto mais estruturado para receber turistas não só de lazer, mas de negócios também. Nós iremos ampliar a operação de voos em Dourados”, ressaltou.

Durante a cerimônia, o ministro autorizou a construção de novo terminal de passageiros, seção contra incêndio (SCI), estação prestadora de serviço de telecomunicação e tráfego aéreo (EPTA) e serviços auxiliares, no valor de R\$ 39 milhões, também com recursos do Novo PAC. O ministro anunciou ainda mais de R\$ 800 milhões para o estado, destinados aos aeroportos de Campo Grande (R\$ 280 milhões), Ponta Porã (R\$ 175 milhões), Corumbá (R\$ 165 milhões) e Bonito (R\$183 milhões).

Presente na cerimônia em Dourados, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, indicou a importância dos investimentos no aeroporto do município. “É uma obra emblemática e fundamental para o desenvolvimento dessa região. O presidente Lula, nesse compromisso que tem de cuidar de todos os estados brasileiros, nos deu essa determinação. São muitos os investimentos que ainda virão para a grande Dourados”.

O governador do estado, Eduardo Riedel, disse que a modernização do aeroporto vai acelerar o desenvolvimento da região. “A construção do novo terminal de passageiros e cargas vai impulsionar ainda mais o desenvolvimento da aviação regional”.

Localização estratégica

O Aeroporto de Dourados é considerado estratégico pelo Governo Federal para alavancar a aviação regional brasileira e está contemplado no Plano Aeroviário Nacional, da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC). A cidade é um importante polo de integração logística do estado e tem grande potencial turístico, além de ficar a poucos quilômetros da zona de compra do Paraguai.

Os investimentos impulsionam o desenvolvimento econômico do estado e a geração de emprego e renda. Dourados se fortalece como um importante centro de integração não só do estado, mas da região Centro-Oeste.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 17/03/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTRO RENAN FILHO ENTREGA A PAVIMENTAÇÃO DA BR-416/AL, NA SERRA DA CATITA, NESTA SEGUNDA-FEIRA (17)

O trecho recebeu investimento de R\$ 67 milhões; durante o evento também serão anunciadas outras obras na região



O ministro dos Transportes, Renan Filho, participa, nesta segunda-feira (17), da cerimônia de entrega das obras de implantação e pavimentação da BR-416/AL, na Serra da Catita, em Alagoas. O projeto, que integra o Novo PAC, recebeu um investimento de R\$ 67 milhões do Governo Federal.

A pavimentação da Serra da Catita, com cerca de quatro quilômetros de extensão, representa um avanço significativo para a infraestrutura da região. A extensão total vai beneficiar diretamente os municípios de Novo Lino, Colônia Leopoldina, Ibateguara e São José da Laje. Além disso, a obra, que impacta positivamente também seis cidades de Pernambuco, promove a integração entre os estados e fortalece o crescimento econômico local.

Além deste importante entrega, Renan Filho irá anunciar também a licitação da área de escape da curva da Melancia, e assinar a ordem de serviço para as obras de acesso da BR-104 ao município de São José da Laje, reforçando o compromisso do governo com a mobilidade e a segurança no transporte.

No total, serão aplicados R\$110 milhões na rodovia, beneficiando cerca de 27 quilômetros do trecho que conecta a BR-101/AL à BR-104/AL.

As obras na BR-416 irão beneficiar mais de 350 mil moradores da Zona da Mata de Alagoas e otimizar o escoamento da produção agrícola e industrial da região.

Cobertura de imprensa

Não há necessidade de credenciamento prévio para os profissionais de imprensa interessados em cobrir o evento.

SERVIÇO

O quê: Inauguração das obras de pavimentação da Serra da Catita (BR-416/AL)

Quando: Segunda-feira (17), às 10h

Onde: Praça Padre Francisco, Rua Dr. Oscar Gordilho, Ibateguara-AL

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 17/03/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A URGÊNCIA DE PLANOS DE CONTINGÊNCIA NO SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A queda de uma passarela de pedestres na última quinta-feira, dia 13, no Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), principal acesso rodoviário ao Porto de Santos (SP) – o que resultou na interdição de pistas do SAI e em congestionamentos de até 57 quilômetros – expôs a fragilidade desse complexo de estradas diante de situações de emergência. A ausência de um plano de contingência robusto, capaz de minimizar os impactos de eventos inesperados, revela a necessidade de uma revisão urgente dos protocolos de segurança e gestão de crises no SAI.

A declaração da Ecovias Imigrantes, concessionária responsável pelo sistema, de que o plano se resume à liberação rápida das pistas e que outras ações não são possíveis por restrições legais, aponta para um cenário preocupante. Tal resposta é claramente insuficiente para lidar com a complexidade de um sistema viário tão importante para o Estado de São Paulo e para o País. A dependência de uma única solução, a liberação das pistas, deixa o sistema vulnerável a eventos que demandem ações mais complexas e demoradas.

A interdição da pista sul da Rodovia dos Imigrantes para veículos pesados, conforme a Portaria Artesp DGR/DPL – 11, de 2002, é um obstáculo que precisa ser superado. A legislação, que



antecede a inauguração da segunda pista da Imigrantes, precisa ser revista e atualizada para permitir o uso da pista sul em situações de emergência. A segurança dos usuários do sistema deve ser prioridade, mas a rigidez da lei não pode impedir a adoção de medidas que minimizem os impactos de eventos inesperados.

A construção da terceira pista da Imigrantes, prevista para 2031, é uma solução de longo prazo que não resolve o problema imediato da falta de um plano de contingência eficiente. É preciso que o Governo do Estado de São Paulo e a Assembleia Legislativa ajam com urgência para revisar a legislação e para garantir que o SAI conte com planos de emergência adequados para lidar com situações de crise.

A segurança e a fluidez do tráfego no SAI são fundamentais para a economia do Estado e do País. A falta de um plano de contingência eficiente coloca em risco a segurança dos usuários do sistema e prejudica a atividade econômica. É preciso que a concessionária, o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa trabalhem em conjunto para garantir que o SAI conte com planos de emergência robustos e eficientes.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 17/03/2025*

NACIONAL - HUB – CURTAS - PL QUER NORMALIZAR REACOMODAÇÃO DE PASSAGEIROS EM CLASSE INFERIORES EM AVIÕES

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

REACOMODAÇÃO 1

Normalizar a acomodação de passageiros em classes inferiores, em voos comerciais no Brasil, é a proposta da deputada federal Ely Santos (Republicanos-SP), com o Projeto de Lei 883/2025, apresentado recentemente. A proposta visa proibir a acomodação sem consentimento do passageiro. Caso ocorra, a companhia deverá oferecer um voo na mesma classe em até quatro horas ou indenizar o passageiro em 100% do valor da passagem (voos nacionais) e 200% (voos internacionais).

REACOMODAÇÃO 2

De acordo com o projeto de lei, as empresas terão de fornecer assistência material, incluindo alimentação, transporte e hospedagem, conforme normas da Agência Nacional da Aviação Civil. O texto prevê multas de até R\$ 50 mil por infração e suspensão da licença em casos de reincidência grave. Se o passageiro recusar a acomodação, deve ser reembolsado integralmente.

REACOMODAÇÃO 3

Em sua apresentação, a parlamentar citou o caso da atriz Ingrid Guimarães, acomodada para classe inferior sem consentimento em voo internacional, como exemplo da necessidade de regulamentação.

NA PAUTA

O Projeto de Lei n. 957/24, que promove alterações no atual código de mineração, entrará na pauta deste ano da Câmara dos Deputados, informou o presidente da Casa, o deputado federal Hugo Motta (Republicanos-Pb). Entre outros pontos, o texto prevê a permissão para que pequenas mineradoras explorem áreas pertencentes a grandes companhias, mas que estejam inexploradas ou paradas, o que tem preocupado essas últimas.

OURO CHINÊS 1

Uma megamina de ouro, descoberta na China no final do ano passado e avaliada inicialmente com 300 toneladas do metal, teve seu potencial revisto. Após análises mais detalhadas, especialistas calculam que ela deve ter mil toneladas. A jazida, situada a até 3 mil metros de profundidade, possui um valor estimado de US\$ 83 bilhões ou R\$ 483 bilhões, o que pode torná-la a maior do mundo.

OURO CHINÊS 2

Essa descoberta, segundo autoridades deste setor, pode aumentar a oferta do metal no mercado, resultando na queda do preço internacional. Esse cenário impactaria investidores com ouro em suas carteiras, economias dependentes da exportação do metal e países com reservas de ouro como lastro financeiro.

OURO CHINÊS 3

A China, líder mundial na produção de ouro, foi responsável por cerca de 10% da produção global em 2023, segundo o Conselho Mundial do Ouro. No entanto, o país consome cerca de três vezes mais ouro do que é capaz de produzir.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/03/2025

REGIÃO NORTE - MPF COBRA ESCLARECIMENTOS SOBRE DRAGAGEM NO RIO TAPAJÓS SEM CONSULTA A COMUNIDADES INDÍGENAS

A autorização foi concedida sem a realização do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), obrigatórios para atividades potencialmente poluidoras

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A denúncia sobre o início das operações partiu de lideranças indígenas do Baixo Tapajós

DIANTE DAS IRREGULARIDADES, O MPF DETERMINOU O ENVIO DE OFÍCIOS À SEMAS, AO DNIT E À CAPITANIA FLUVIAL DE SANTARÉM E AO 4º DISTRITO NAVAL, ESTABELECEndo UM PRAZO DE 48 HORAS PARA ESCLARECIMENTOS

O Ministério Público Federal (MPF) solicitou esclarecimentos à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) sobre a autorização concedida para a dragagem do Rio Tapajós, localizado entre os municípios paraenses de Santarém e Itaituba. Segundo o MPF, a permissão foi concedida sem consulta prévia aos povos indígenas e comunidades tradicionais da região, além de não atender às exigências legais de estudos ambientais.

A autorização, válida até 12 de fevereiro de 2026, foi concedida sem a realização do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), obrigatórios para atividades potencialmente poluidoras. A denúncia sobre o início das operações partiu de lideranças indígenas do Baixo Tapajós, que registraram em vídeo a presença de embarcações atuando na comunidade de Prainha, dentro da Floresta Nacional do Tapajós. As lideranças afirmam que não foram consultadas, o que fere o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, garantido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela legislação brasileira.

A dragagem pode causar danos significativos ao ecossistema do Rio Tapajós, afetando o Tabuleiro de Monte Cristo, no município de Aveiro, local de reprodução de quelônios, como a tartaruga-da-Amazônia. Além disso, o despejo dos sedimentos rerados da dragagem na chamada “bota-fora” impacta diretamente comunidades da Reserva Extravista (Resex) Tapajós-Arapiuns e da Floresta Nacional (Flona) do Tapajós. De acordo com a Marinha do Brasil, esses sedimentos podem permanecer por tempo indeterminado no ambiente, alterando seu estado natural e impactando a fauna e a navegação.

Em documento enviado ao MPF, a Capitania Fluvial de Santarém alertou para riscos à segurança da navegação e danos ambientais. “Não há como autorizar eventual obra na região em detrimento da

segurança da navegação e sem causar danos ao meio ambiente ou à saúde humana local”, destaca um trecho do relatório.

Diante das irregularidades, o MPF determinou o envio de ocios à Semas, ao Dnit e à Capitania Fluvial de Santarém e ao 4º Distrito Naval, estabelecendo um prazo de 48 horas para esclarecimentos. Entre as exigências feitas pelo MPF estão apresentação de fundamentos jurídicos, envio de documentos do processo e esclarecimentos referentes à anuência à dragagem.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 17/03/2025

BRASIL EXPORT - BRASIL TECH EXPORT DESTACA O PCS NO PORTO DE SANTOS

Terceira edição do evento é realizada pelo Grupo Brasil Export e ABTRA, e será realizada na sede do Senai Santos



Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br

Evento reúne autoridades do setor portuários com importantes startups. Foto: Divulgação/Brasil Export

O PCS É UMA FERRAMENTA QUE FACILITA A TROCA DE INFORMAÇÕES ENTRE DIFERENTES SISTEMAS E ORGANIZAÇÕES DA COMUNIDADE PORTUÁRIA, INTEGRANDO DADOS DE EMPRESAS, ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRESTADORES DE SERVIÇOS

O Grupo Brasil Export e a Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA) realizam hoje, em Santos, a terceira edição do Brasil Tech. Um dos principais focos do evento, que visa propor e debater soluções tecnológicas para os setores logístico e portuário, é o Port Community System (PCS). A plataforma eletrônica, amplamente utilizada em portos como os de Singapura e Espanha, integra dados de diferentes atores da comunidade portuária, otimizando processos e aumentando a eficiência logística.

O Brasil Tech terá uma programação robusta, com palestras sobre os aspectos gerais do PCS, painéis de debate com especialistas e um benchmarking com empresas globais que já utilizam o sistema. “Teremos uma palestra sobre os aspectos gerais do PCS, seguida por um painel com especialistas no tema, incluindo o professor responsável pelos estudos do PCS na USP. Um segundo painel fará um benchmarking com empresas de atuação global que utilizam o sistema”, detalha Angelino Caputo, diretor-executivo da ABTRA e presidente do Conselho Tech do Brasil Export.

O PCS é uma ferramenta que facilita a troca de informações entre diferentes sistemas e organizações da comunidade portuária, integrando dados de empresas, órgãos públicos e prestadores de serviços. A adesão é voluntária, e a governança é coletiva, coordenada por uma entidade neutra. O sistema não substitui os sistemas individuais, mas otimiza processos, reduzindo custos e aumentando a eficiência logística.

Segundo Caputo, a falta de entendimento sobre o funcionamento e os benefícios do PCS tem sido um dos principais obstáculos. “Desde 2018, o PCS vem sendo debatido, mas as iniciativas de implantação não alcançaram sucesso. Percebemos que isso decorre muito da falta de entendimento sobre a plataforma”.

Em setembro de 2024, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), em parceria com o Grupo Brasil Export, deu início a estudos para a implementação do PCS no Porto de Santos. Segundo Tetsu Koike, diretor de Programa de Políticas Setoriais do MPor, a escolha por Santos se deve ao ambiente de inovação oferecido pela autoridade portuária e pelas empresas atuantes. “Vamos



começar em Santos, modelando e desenvolvendo o sistema comunitário portuário, conversando e dialogando com todos os envolvidos, tanto públicos quanto privados, para conseguir a adesão a esse projeto. É um grande desafio, mas é necessário começar”, afirmou Koike na ocasião.

Essa iniciativa foi celebrada por Angelino Caputo, um dos maiores defensores do PCS no Brasil. Em entrevista ao jornal BE News publicada em outubro do ano passado, ele disse acreditar na possível implantação da plataforma no Porto de Santos em dois anos. O diretor da ABTRA destacou que a parte tecnológica do PCS é a mais simples, representando apenas 15% a 20% do esforço total. “A maioria das pessoas acha que, pelo fato de se chamar sistema, o PCS é uma solução tecnológica, mas é mais de governança, de agilizar processos e facilitar a integração dos agentes”, explicou.

Caputo também ressaltou a importância do HUB Brasil Export como um ambiente neutro para a discussão e implementação do PCS. “O HUB é um ponto de convergência, um ponto de relacionamento entre os principais atores, que, com essa plataforma, vão obter uma eficiência com a rápida tomada de decisão, sem erros e com custos menores”, afirmou.

O HUB Brasil Export é um espaço voltado para inovação e networking nos setores de infraestrutura, comércio exterior, portos e logística. O objetivo é conectar profissionais, empresas e especialistas para discutir desafios, compartilhar conhecimento e promover soluções tecnológicas e sustentáveis. Também procura facilitar o desenvolvimento de novas ideias e a criação de oportunidades no setor.

Sandbox

Além do PCS, outro ponto de destaque no acordo entre o MPor e o Grupo Brasil Export foi o lançamento de um sandbox, um ambiente controlado para testes de novas tecnologias. O sandbox permitirá que empresas e startups testem soluções inovadoras em um ambiente regulatório flexível, facilitando a inovação e permitindo que os reguladores avaliem e ajustem suas políticas com base em testes práticos.

“O Porto de Santos está sendo visto por nós como um grande laboratório a céu aberto, já que é o maior porto da América Latina. Ali, temos um ambiente muito importante para a inovação, que inclui tanto a identificação de problemas quanto a busca por possíveis alternativas de solução”, afirmou Tetsu Koike.

O Brasil Tech

O Brasil Tech 2025 acontecerá no auditório do Senai Santos, das 15h às 19h, e contará com a participação de startups como Bosch, ISS, Speed e Incatep, que atuam com inovação portuária. O evento é gratuito e presencial, e será realizado um dia antes do Santos Export, o maior fórum sobre logística e infraestrutura no principal porto da América Latina, marcado para amanhã (18) e quarta (19), no Santos Convention Center.

PROGRAMAÇÃO

Brasil Tech 2025 – Desvendando o Port Community System (PCS)

17 de março, segunda-feira

Local: Senai Santos

Av. Senador Feijó, 421 – Vila Nova, Santos

14h30 – Credenciamento

15h00 – Palestra Magna: Desvendando o PCS, a eliminação definitiva das dúvidas que envolvem essa plataforma comunitária

Angelino Caputo, presidente-executivo da ABTRA e do Conselho Brasil Tech Export

15h45 – Painel 1 – Por que implantar um PCS?

17h00 – Intervalo
17h15 – Pitches de startups parceiras do Brasil Tech Export
17h45 – Pannel 2 – Tecnologias aplicadas ao PCS
19h00 – Encerramento
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 17/03/2025

REGIÃO SUDESTE-ECOVIAS INICIA REMOÇÃO DOS DESTROÇOS DA PASSARELA NA VIA ANCHIETA

Segundo a concessionária, remoção total dos escombros deve levar até dez dias
Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br



Os trabalhos começaram com a retirada de destroços próximos à pista Sul, que precisou ficar bloqueada por algumas horas, tendo o tráfego liberado por volta das 9 horas Foto: Paulo José Ribeiro/BE News

A Ecovias-Imigrantes, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), que liga a região da Baixada Santista até a capital paulista, deu início no final de semana a etapa de remoção dos destroços da passarela de pedestres localizada no Km 52 da Via Anchieta, em Cubatão.

Na noite da última quinta-feira (13), um caminhão desgovernado atingiu uma das sustentações da estrutura que desabou sobre as duas pistas da rodovia.

No início da madrugada de sábado, equipes da concessionária deram início à remoção dos escombros localizados nos canteiros laterais da Anchieta. Os trabalhos começaram com a retirada de destroços próximos à pista Sul, que precisou ficar bloqueada por algumas horas, tendo o tráfego liberado por volta das 9 horas.

Também no sábado, mas no período da tarde, às 16 horas, teve início a retirada dos escombros do lado da Pista Norte, que precisou ficar bloqueada até à noite, com tráfego liberado por volta das 22 horas.

Segundo a Ecovias, diversas equipes estavam concentradas nas ações de remoção dos destroços da passarela que desabou. O trabalho envolve maquinários, equipamentos e veículos para a remoção dos escombros.

Ainda segundo a concessionária, a expectativa é que a remoção completa dos destroços leve em torno de dez dias. Durante o período, novas interdições na Via Anchieta precisarão ser feitas em horários considerados alternativos, onde não há expectativa de grande fluxo de veículos para não atrapalhar o tráfego em todo o sistema de rodovias.

Trânsito

Desde a noite de sexta-feira, o tráfego na Via Anchieta foi totalmente normalizado, sem o registro de congestionamentos de veículos, principalmente os de caminhões que acessam o Porto de Santos (SP).

Durante o sábado o cenário se repetiu, sem pontos de congestionamentos e a passagem tranquila de veículos pelo trecho onde ocorreu a queda da passarela.

O acidente

Na noite de quinta-feira (13), um caminhão colidiu contra a estrutura da passarela localizada no km 52 da Via Anchieta, no trecho do bairro Cota 95, em Cubatão, resultando no seu desabamento.

Apesar da gravidade do acidente, o motorista não sofreu ferimentos e não houve outras vítimas, conforme informado pelos agentes do Corpo de Bombeiros atuantes no local.

Por conta do desabamento, as duas pistas da Anchieta foram totalmente bloqueadas. O trânsito só foi retomado, de forma parcial, 12 horas depois.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/03/2025

REGIÃO SUDESTE - VALE E SENAI OFERECEM 25 VAGAS PARA CURSO GRATUITO EM ITAGUAÍ

Inscrições para a formação de Mecânico Vulcanizador vão de 17 a 20 deste mês; aulas têm início no dia 31

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A qualificação faz parte do Programa de Preparação para o Mercado de Trabalho e busca contribuir para o desenvolvimento das comunidades e a inclusão no mercado de trabalho. Foto: Rui Okada/Vale

A Vale, em parceria com o Senai, abriu inscrições para 25 vagas no curso gratuito de iniciação profissional em Mecânico Vulcanizador, voltado para moradores de Itaguaí, na Costa Verde do Rio de Janeiro. A qualificação faz parte do Programa de Preparação para o Mercado de Trabalho (PPMT) e busca contribuir para o desenvolvimento das comunidades e a inclusão no

mercado de trabalho.

As inscrições podem ser feitas de 17 a 20 deste mês, das 14h às 20h, no Senai Itaguaí, (Rodovia Rio Santos, LT J-1, Vila Ibirapitanga) conforme senhas disponibilizadas. Para participar, é necessário ter 18 anos ou mais, residir em Itaguaí, ter Ensino Médio completo e disponibilidade para estudar à noite. As aulas serão presenciais, de segunda a sexta-feira, das 18h às 22h, com previsão de início no próximo dia 31.

“Acreditamos que a qualificação profissional é uma ferramenta essencial para fortalecer a empregabilidade e o desenvolvimento das comunidades onde atuamos. Com a parceria com o Senai, queremos proporcionar novas oportunidades para os moradores de Itaguaí, contribuindo para sua inclusão no mercado de trabalho e o crescimento local”, afirma Vitor Libanio, gerente de Sustentabilidade da Vale.

Durante o curso, os alunos aprenderão sobre instalação, emendas e reparos, revestimento de tambores, identificação de defeitos e desgastes em correias transportadoras, além de normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança e preservação ambiental. A Vale destaca que a participação na qualificação não garante a contratação pela empresa.

Para se inscrever, os interessados devem apresentar documento oficial de identificação com foto (RG ou CNH), CPF, comprovante de residência ou escolaridade e um e-mail válido. Pessoas com deficiência devem apresentar laudo médico atualizado no momento da inscrição.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/03/2025

REGIÃO SUL - IBAMA RECEBE ESTUDO PARA LICENÇA AMBIENTAL DO PORTO MERIDIONAL

Documento introdutório foi entregue em Brasília; versão final será protocolada ainda neste mês

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A entrega foi realizada em um ato simbólico na sede do órgão, em Brasília: o prefeito de Arroio do Sal, Luciano Pinto, enfatizou o impacto positivo do porto para todo o estado

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) recebeu na última quarta-feira (12) a versão introdutória do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Porto Meridional, em Arroio do Sal (RS). A entrega foi realizada em um ato simbólico na sede do órgão, em Brasília (DF). A versão definitiva do documento será protocolada ainda neste mês.

Heinze destacou a relevância do empreendimento para a economia do Rio Grande do Sul, afirmando que o estado precisa ampliar sua infraestrutura portuária. Ele disse que o RS tem hoje um único porto, enquanto Santa Catarina tem mais de sete. Afirmou que essa é a melhor oportunidade de reduzir o custo logístico no Rio Grande do Sul.

O presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, assegurou que a análise do projeto será priorizada. Disse que sabe da importância da iniciativa para o estado e que vai priorizar a análise. Ele ressaltou ainda que o empreendimento está alinhado à nova lei de cabotagem e ao contexto de reindustrialização do Rio Grande do Sul diante dos recentes desastres climáticos.

O diretor da DTA Engenharia, Daniel Kohl, apresentou dados do último levantamento, que indicam uma aceitação superior a 80% da população ao projeto. Ele também destacou que as características do calado da região eliminam a necessidade de dragagem.

O prefeito de Arroio do Sal, Luciano Pinto (Republicanos), enfatizou o impacto positivo do porto para todo o estado e sua relevância para a economia nacional. Já o ex-deputado federal Fernando Carrion, idealizador do projeto, comparou sua relevância econômica à construção da rodovia freeway.

O deputado estadual Issur Koch (PP), por sua vez, reforçou que o Porto Meridional não representa concorrência para o Porto de Rio Grande, mas sim uma oportunidade de recuperar empresas e negócios que deixaram de operar no estado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 17/03/2025

REGIÃO SUL - GOVERNO ABRE CONSULTA PARA REVISÃO DA POLIGONAL DO PORTO DE RIO GRANDE

Contribuições e sugestões de interessados têm prazo de 30 dias para envio
Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redenenews.com.br



O Porto de Rio Grande é o principal complexo portuário do Rio Grande do Sul, responsável pela movimentação de produtos como celulose, cloreto de potássio, entre outros. Foto: Divulgação/Portos RS

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) deu início ao processo de consulta pública referente à revisão da poligonal do Porto Organizado de Rio Grande (RS). A portaria que abriu o período de recebimento de contribuições e sugestões foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 5 de março, assinado pelo secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários,

Alex Ávila.

Segundo o texto, o prazo para envio de contribuições será de 30 dias, contados a partir da data de publicação no Diário Oficial da União, com possibilidade de prorrogação a critério da Secretaria Nacional de Portos.

Os documentos que compõem a proposta estão disponíveis na plataforma Participa + Brasil (<https://www.gov.br/participamaisbrasil/>), onde também será possível registrar sugestões e comentários de forma identificada e fundamentada no formulário eletrônico disponível na plataforma.

Segundo o MPor, a revisão da poligonal leva em consideração acessos marítimos e terrestres, eficiência das operações, competitividade e as instalações existentes. Ela visa, ainda, garantir que a infraestrutura do local esteja alinhada com as necessidades das operações portuárias, eficiência logística, otimização das instalações e da infraestrutura do complexo portuário.

O Porto de Rio Grande é o principal complexo portuário do Rio Grande do Sul, responsável pela movimentação de produtos como celulose, cloreto de potássio, entre outros. É um dos principais portos brasileiros com importante conexão com os portos do Mercosul e países como China e Rússia.

Em 2024, mesmo com as restrições de calado e de manobras de navios em razão da tragédia climática que atingiu o Rio Grande do Sul durante o mês de maio, o Porto do Rio Grande teve um aumento de 1,03% na movimentação de cargas no comparativo com 2023.

O complexo registrou um aumento de 24,98% na movimentação de contêineres, alcançando 798.911 TEUs em 2024. As importações somaram 10.885.701 toneladas, com destaque para a China (1.806.025t), Argentina (1.597.870t) e Rússia (951.874t). Já as exportações totalizaram 25.218.338 toneladas, sendo os principais destinos a China (10.941.729t), Vietnã (1.279.441t) e Irã (1.123.779t).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/03/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - TREINE! NÃO DÁ PARA “DORMIR EM BERÇO ESPLÊNDIDO”?



HUDSON CARVALHO

Consultor em Gestão de Pessoas e Estratégia Empresarial,
diretor executivo da Elabore Online - Resultados Através das Pessoas

opinioao@portalbenews.com.br | elaboreonline@gmail.com

“Pior do que treinar um funcionário e vê-lo sair, é não treiná-lo e vê-lo ficar”.

Henry Ford

Já vi essa frase, interpretada de tantas formas diferentes, que torço que ela seja realmente do Sr. Ford.

É possível que sim. Ele foi um gênio muito à frente de seu tempo. Idealizador das Linhas de Montagem, forma de produzir automóveis que permitiu o aumento da produtividade e a redução dos custos de produção a tal ponto, que tornaram os carros um artigo acessível a um número muito maior de pessoas. Por isso quase todos os tipos de indústria o copiaram e o sistema funciona até hoje. É verdade que o Sistema Toyota de Produção, e o Just-in-Time, atualizaram e promoveram um salto de qualidade equivalente. Se os carros japoneses têm a presença de hoje, devem a Taiichi Ohno-san, principal criador do sistema.



Há uma outra, de Benjamin Franklin que vai na mesma linha: “Se você acha que a instrução é cara, experimente a ignorância.”.

Perceba que por trás das duas frases, está implícito o temor de colocar recursos em tornar melhor um profissional de uma de suas Equipes e depois perdê-lo para a concorrência. Vejo isso no meu dia a dia. Confundir custo puro e simples, despesa, com investimento. São coisas completamente diferentes. O primeiro você gasta, porque não consegue evitar de fazê-lo. É o aluguel, os insumos, os impostos. A segunda você “gasta” para receber ainda mais. E esse retorno acontece, patrocinado pela maior produtividade e engajamento que o Colaborador treinado passa a ter.

É possível que venhamos a perdê-lo? Sim, é um risco do negócio. Mas se você tem esse temor a tal ponto de manter alguém menos instruído, menos capaz do que deveria, apenas para não correr o risco de perdê-lo, eu pergunto, que tipo de negócio você está gerindo? O raciocínio não deveria ser o contrário? Formar mais e mais pessoal, cada um na medida da real necessidade e na sua área de atuação para que não tenhamos receio de sua saída? Se alguém decide sair, OK, seguimos a vida com os demais -bem treinados que ficaram.

Aliás, se você que está lendo esse texto agora, é Profissional de RH, uma dica de ouro: a preocupação deve ser sempre com quem fica.

Se você é um colaborador que sente a falta de investimento em treinamento, “faça você mesmo”. Treine-se, melhore-se. O ideal seria que responsabilidade e investimento fossem compartilhados com seu empregador, mas se isso não acontece, siga com suas próprias pernas. A responsabilidade por sua carreira é sua (– Editor, repetido de propósito), e de ninguém mais.

Se você é líder, promova todas as oportunidades de fazer crescer o conhecimento de sua Equipe, mesmo que sua Empresa não tenha orçamento para isso. Jamais pense que a instrução vai criar alguém que pode tomar o seu lugar. Indico a você o mesmo remédio que indiquei para a Empresa: continue crescendo, que o risco de ser ultrapassado diminui e mantém você na linha das futuras promoções.

Se sua posição é na Alta Direção, cuidado redobrado. Olho atento à linha do orçamento dedicada ao treinamento e ao desenvolvimento de pessoal (são coisas diferentes). Atenção aos valores e à posição. Se estiver em Despesas, cuidado, pelas razões que demonstramos acima.

Para colocar alguns parâmetros vou abrir aspas para a Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento – ABTD em sua pesquisa Panorama do Treinamento no Brasil.

“Os dados revelam que o investimento anual em treinamento é de 1,84% da folha de pagamento, com um investimento médio anual por colaborador de R\$ 1222. Em comparação, nos EUA, o investimento é significativamente maior, chegando a R\$ 6673 por colaborador. Em termos de público-alvo, 18% dos treinamentos são direcionados à alta liderança, 33% à gerência e supervisão, e 49% a colaboradores que não são líderes. Para a alta liderança, 58% do conteúdo de treinamento é focado em aspectos comportamentais, enquanto 53% dos treinamentos são realizados à distância e 47% presencialmente.”

A simples comparação entre o que investimos no Brasil e nos Estados Unidos, fala por si. É só olharmos o resultado que cada economia produz.

Mais um trecho do Estudo: “65% dos respondentes avaliam o aprendizado e a aplicabilidade dos treinamentos, mas apenas 9% avaliam o impacto no negócio ou o ROI (Return On Investment ou Retorno Sobre o Investimento – Nota do Autor). Entre os principais indicadores de efetividade estão o cumprimento do plano de treinamento (35%), aplicabilidade (29%), indicadores de negócio (KPI) (29%), clima organizacional (26%) e satisfação do cliente (NPS) (23%).

Nessa parte do texto todos os números são interessantes e querem dizer algo. O meu destaque vai para os 29% de aplicabilidade. 29%, apenas?!!

Atenção RH: é por números como esse que muitos ainda investem pouco em treinamento. Se apenas (quase) um terço que foi investido é efetivamente aplicado, ou seja, é usado no curto prazo e contribui para os resultados, algo está errado.

Também me parece difícil explicar por que estamos cumprindo só 35% do planejado. Não era tão necessário assim? Ou não fomos eficazes no controle?

Se queremos ser considerados uma Área Estratégica, temos que pensar e agir estrategicamente.

Ou preferimos uma boa justificativa?

Hudson Carvalho é Consultor em Gestão de Pessoas e Estratégia Empresarial, Diretor Executivo da Elabore Online – Resultados Através das Pessoas e Diretor da WISDOM – Gestão Organizacional (Desenvolvemos Pessoas e Processos) – Baixada Santista e ABCD

elaboreonline@gmail.com | <https://wa.me/message/5S2EHIT7sESXHB1>

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/03/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - FICO-FIOL, O ENGATE AVANÇA



WALDECK ORNÉLAS

Ex-ministro da Previdência Social, especialista em Planejamento Urbano-regional e autor de Cidades e Municípios: gestão e planejamento

opinio@portalbenews.com.br

A realização, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), da audiência pública para concessão conjunta das ferrovias FICO-FIOL, respectivamente, Ferrovia de Integração do Centro-Oeste e Ferrovia de Integração Oeste-Leste, com sessões em Brasília, Salvador e Cuiabá, representa um passo importante para o avanço do mais inovador projeto ferroviário brasileiro: a criação de um novo corredor logístico que, a um só tempo, desconcentra a economia nacional, reconfigura territorialmente a malha ferroviária do país e reduz custos para os produtores de grãos e minérios.

Iniciada com o tradicional modelo mina-ferrovia-porto, a FIOL teve a licitação do seu trecho I – Ilhéus-Caetité, como marco para a implantação de uma ferrovia destinada a ligar a região produtora de grãos do Oeste baiano – gênese do MATOPIBA – com o litoral, visando o Porto Sul, em Ilhéus, também a ser implantado. O trecho II, de Caetité a Barreiras, ainda na Bahia, encontra-se em implantação pela Infra, empresa do Ministério dos Transportes, estando com 65% de execução.

A FICO, outro importante estirão ferroviário de importância nacional, tem o seu trecho I, de Mara Rosa (GO) a Água Boa (MT), em execução pela Vale, como investimento cruzado, em compensação pela renovação antecipada de suas ferrovias de Carajás e Vitória-Minas. O trecho II irá de Água Boa a Lucas do Rio Verde, no coração do Mato Grosso, servindo à área de maior volume de produção de grãos do país.

Ambos são projetos greenfield. São irmãos siameses, mas nasceram separados. Ambos convergem para a Ferrovia Norte-Sul (FNS). A FICO na própria Mara Rosa e a FIOL em Figueirópolis (TO), a partir de Barreiras. As duas estavam condenadas a não se encontrar e as cargas destinadas a passear pela FNS, com destino a Santos, no Sul, ou Itaqui, no Norte, onerando os produtores.

Estudos técnicos recentes, realizados pela Infra, com apoio do Ministério dos Transportes e da secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, concluíram pelo que o bom senso já indicava: a integração das duas ferrovias muda a geografia econômica do país e



começa a tornar realidade o sonho do engenheiro baiano Vasco Neto, dando origem à Ferrovia Transulamericana, que pode chegar, mais tarde, ao porto de Chancay, na costa do Pacífico, interligando os dois oceanos.

Configura-se um corredor ferroviário estruturante, que atravessará o país de leste a oeste, criando uma nova rota, mais eficiente e sustentável, para o transporte de produtos do interior à costa – partindo do Porto Sul, em Ilhéus, e chegando a Lucas do Rio Verde. Com extensão total de aproximadamente 2.700 km, atravessa três estados – Bahia, Goiás e Mato Grosso – conectando-se à malha ferroviária existente, na FNS e na Ferrovia Centro-Atlântica (FCA).

É natural que, diante de uma mudança tão radical e profunda no cenário nacional, os lobbies contrários estejam atentos e atuantes, tentando desqualificar a iniciativa, buscando preservar o status quo. Nesta hora, valem quaisquer argumentos, desde que o projeto não se torne realidade.

O fato de que a concessão da FIOL I e do Porto Sul, a cargo da Bamin, uma empresa mineradora de ferro, não tenha avançado, embora a ferrovia já tenha sido arrematada com 80% de suas obras finalizadas, decididamente não constitui argumento válido. Há soluções de mercado para isto.

De um lado, o próprio governo federal estaria estruturando uma operação de transferência do controle acionário da Bamin para outras empresas privadas, com a participação do BNDESPar. Mais recentemente, a Brasil Iron, que detém uma outra mina de ferro nas proximidades, em Piatã, teria manifestado interesse pela aquisição de todo o complexo. Com autorização para implantar uma short line que a integrará com a FIOL, reuniria, só aí, um volume de produção que absorve toda a capacidade inicial do Porto Sul, de 40 milhões de t/ano dedicadas à exportação de minério de ferro, com a vantagem adicional de envolver a implantação de uma usina siderúrgica descarbonizada. Não há, assim, falta de carga para esse trecho inicial.

Quanto aos grãos, o novo traçado da FIOL III, de Correntina a Mara Rosa, abrirá espaço para a expansão da produção do Oeste baiano, além de, ao trazer os grãos do Mato Grosso, absorver toda a capacidade inicial de 20 milhões de t/ano do Porto Sul, o que vai demandar, isto sim, a interligação dessa ferrovia com os portos da Baía de Todos os Santos, também no litoral baiano.

Não há, pois, riscos de descarrilamento do projeto. Ao contrário, o que se vê é ser rompido o isolamento ferroviário a que tem estado condenada a Bahia, paralelamente à criação de uma nova alternativa para o escoamento dos grãos do Centro-Oeste brasileiro.

No momento em que parece se configurar uma nova ordem mundial, o Brasil não pode abrir mão deste novo corredor logístico. A concessão conjunta da FICO-FIOL constituirá um marco estratégico para o desenvolvimento nacional.

Waldeck Ornélas é especialista em planejamento urbano-regional. Autor de Cidades e Municípios: gestão e planejamento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/03/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - A AMAZÔNIA DIANTE DO COLONIALISMO TECNOLÓGICO

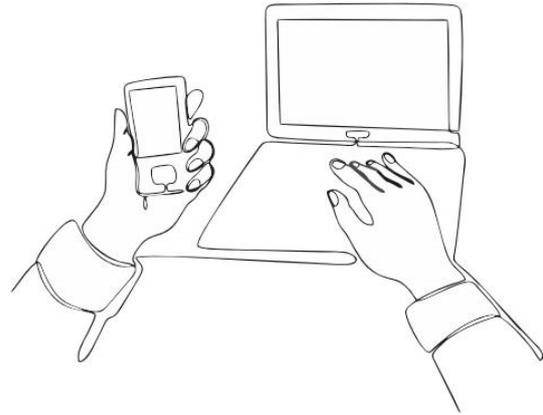


AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Doutor em Engenharia de Transportes, professor associado da Universidade Federal do Amazonas e diretor adjunto da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas

opinio@portalbenews.com.br

As desigualdades digitais entre os países são gritantes. Há poucos produtores e bilhões de consumidores. As empresas que lideram este novo capitalismo atuam como um “tecnofeudalismo”, termo cunhado por Yanis Varoufakis para explicar um ambiente onde bilionários se protegem contra a regulação ao mesmo tempo em que, como grandes barões do passado, compram startups para evitar novos concorrentes que possam emergir em qualquer lugar. Neste contexto, vê-se seus maiores exemplos nas “Mag 7”: Alphabet, Amazon, Apple, Meta, Microsoft, Nvidia e Tesla.



O excesso de informações mediado por redes sociais e por bolhas de informação dá a impressão para as pessoas de um conhecimento amplo, ao passo que o que há são informações que sofrem curadoria cuidadosa e são apresentadas em vinculações de afetos ou ódios, para mobilização frente a medidas que podem ser contrárias ao seu próprio interesse, fazendo até com que o subemprego seja comparável a uma atividade empresarial rentável.

Políticas mercantilistas (século XV ao XVIII) levaram a uma expansão colonial, com acumulação de metais preciosos, protecionismo e imposição de regras pela força militar. O poder de agora é transnacional, com fronteiras menos visíveis e a desigualdade baseada no controle digital e econômico. O colonialismo é tecnológico, a competição está nas plataformas, com uma enorme opacidade algorítmica e pouca regulação econômica, graças ao neoliberalismo, temperada por uma abundância de capital público e privado.

A falta de consciência da ignorância frente ao cenário pode levar a uma atuação de busca de um passado colonial. O desafio para as regiões e pessoas que não possuam domínio desta linguagem tecnológica para enfrentar e ganhar a vida no neoliberalismo, passa a observar a chance de produção de commodities, ou seja, de ter uma vida “neocolonial” como um alvo promissor. O problema é que este modo de viver é subalterno, com tendência a escravização, inicialmente voluntária, e com uma troca desigual de riquezas, tal qual falávamos no passado “espelhos por ouro”.

Hoje trocamos soja por blusinhas ou biotecnologia baseada em conhecimentos tradicionais por celulares. O mundo segue desafiante, como sempre foi. O problema é o posicionamento adequado para cada momento. As oportunidades não são óbvias, nem fáceis. Afinal, se fossem, todos seriam ricos e com boas condições de vida. Achar que o outro é “tolo” ou “doido” não nos fará superar os desafios de uma mudança de mundo. Precisamos buscar a inteligência por trás de cada movimento, afinal ninguém é líder por acaso e a união faz a força.

A biotecnologia, impulsionada por capital local e plataformas tecnológicas protegidas por ecossistemas de capital privado regional, podem oferecer uma oportunidade única para a Amazônia e para o Brasil. Missões nessa nova indústria são valiosas, desde que possamos liderar a construção deste cenário. Entretanto, existem e existirão forças que resistirão, para nos manter como uma eterna colônia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/03/2025



Em reunião na quinta-feira (13), na sede da Prefeitura de Cubatão, o presidente da Autoridade de Santos (APS), Anderson Pomini, se comprometeu a estudar as áreas apresentadas pelo prefeito César Nascimento como alternativas à Ilha do Tatu, para sediar o estacionamento de carretas planejado para o local. Entre as opções, terrenos em Areais e o Parque Cotia.

Cubatão no CAP

Pomini fez o convite para que a Prefeitura de Cubatão indique um representante para integrar o Conselho da Autoridade Portuária (CAP). “Cubatão é tão importante para o porto, para a logística e infraestrutura brasileira que chegou a hora de a cidade ocupar um espaço importante para debater o avanço da infraestrutura, com respeito total às normas ambientais”, disse.

Último episódio da temporada

Começa a terminar na terça-feira (18) o último episódio, desta temporada, da grande série dramática que se tornou a eleição para prefeito de Mongaguá. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retoma o julgamento do recurso apresentado por Paulo Wiazowski (PP), o candidato mais votado em 2024, mas que teve o registro da candidatura indeferido.

Já ganhou?

Mesmo que a decisão do TSE lhe seja desfavorável, o cenário político para Paulinho parece promissor: em caso de derrota no tribunal, ele pretende lançar a esposa, Cristina, na nova eleição que deve ser realizada para prefeito de Mongaguá – cargo que é ocupado provisoriamente pelo presidente da Câmara, Luiz Berbiz de Oliveira, o Tubarão (União).

Bolsonaro ao forno

Sentindo que a sua batata está assando junto ao espectro mais conservador da política brasileira, o ex-presidente Jair Bolsonaro usou uma “entrevista exclusiva” ao deputado estadual Paulo Mansur para reafirmar que é candidato a presidente e Tarcísio de Freitas disputará a reeleição como governador de São Paulo.

Em família

Inelegível até 2030, Bolsonaro sentiu o cheiro de queimado, ao ver que lideranças conservadoras já buscam um nome para ser candidato a presidente. Ele se movimenta para não ficar de fora do processo desta escolha. Caso não possa ser o cabeça de chapa (cenário mais provável), ele quer dar aval ao nome escolhido e incluir alguém com o sobrenome Bolsonaro como vice.



Medalha

Jair Bolsonaro participou do programa “A voz da população”, conduzido por Paulo Mansur na VTV, emissora afiliada ao SBT, que pertence à sua família. Depois, o ex-presidente presenteou o deputado estadual com a Medalha dos 3 Is: “Imorrível, imbrochável e incomível”.

SÓ SEI QUE FOI ASSIM...

Senna e Prost da Assembleia

Apesar de serem do mesmo partido (PT), as então deputadas estaduais Mariângela Duarte e Maria Lúcia Prandi travavam um intenso duelo político, uma querendo mostrar mais serviço que a outra. A rivalidade era comparada a dos pilotos Ayrton Senna e Alain Prost, que levavam a competitividade a níveis extremos dentro da mesma equipe.

Ambas de esquerda e educadoras, defendiam as mesmas pautas e disputavam a mesma faixa de eleitorado. Mas, na luta pela universidade pública na Baixada Santista, a grande bandeira de

Mariângela, um assessor de Maria Lúcia encontrou um caminho jurídico que acelerava o processo. Em vez de ela própria apresentar a solução, passou a ideia a Mariângela.

Passada a união provisória, continuaram a disputa acirrada, mas sempre dentro dos princípios éticos que nortearam as duas ao longo de toda a trajetória delas.

Fonte: Jornal da Orla - SP

Data: 17/03/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

COM ALCOLUMBRE E HUGO MOTTA, LULA ANUNCIA NESTA TERÇA ISENÇÃO DO IR PARA QUEM RECEBE ATÉ R\$ 5 MIL MENSAIS

Projeto prioritário para o governo será enviado ao Congresso Nacional

Por Jeniffer Gularte — Brasília



Presidente Lula, Hugo Motta, Davi Alcolumbre e Alexandre Padilha. — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia nesta terça-feira, em evento no Palácio do Planalto, o envio ao Congresso Nacional do projeto de lei que prevê isenção de Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil.

O evento será marcado por uma cerimônia curta com a presença do presidente da Câmara, Hugo Motta

(Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) antes de Lula viajar para Sorocaba para uma visita a uma montadora.

O projeto é a prioridade número um do governo para 2025 no Congresso e a principal aposta do entorno de Lula para alavancar sua popularidade junto à classe média.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta segunda-feira que o cálculo do governo federal é que a ampliação da isenção do Imposto de Renda vai custar aos cofres públicos R\$ 27 bilhões. Haddad, se reuniu, pela manhã, com o presidente, para discutir os últimos detalhes do projeto que vai isentar do IR contribuintes que recebem até R\$ 5 mil por mês.

— Nós vamos anunciar no dia 18 que quem ganha até R\$ 5 mil não pagará mais Imposto de Renda neste país. Porque, na verdade, quem paga imposto de renda neste país é quem tem desconto na fonte, porque não tem como sonegar — disse Lula durante evento em Sorocaba, no interior de São Paulo na última sexta-feira.

Atualmente, o limite de isenção é de R\$ 2.824, considerando o desconto simplificado de R\$ 564,80. A mudança, se aprovada pelo Congresso até o ano que vem, só entra em vigor em 2026.

Para 2025, o governo já informou que pretende manter a faixa de isenção em dois salários mínimos (R\$ 3.036,00), mas ainda não encaminhou o ato legal para isso.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/03/2025

PRÉVIA DO PIB REFORÇA EXPECTATIVA DE ALTA FORTE NO 1º TRIMESTRE, PUXADO PELO AGRO

Por Luciana Casemiro



Boa safra de soja vai impulsionar o PIB do primeiro trimestre — Foto: Bloomberg

A alta em janeiro de 0,9% do IBC-Br, considerada a prévia do PIB, reforça a expectativa de economia forte no primeiro trimestre. Em 12 meses, o acumulado é de 3,8%. A projeção da Economia Aplicada do FGV Ibre é de uma alta de 1,5%; o Bradesco estima em 1%. O resultado reflete, principalmente, o setor agropecuário, a esperada safra recorde para este ano. Produtos como a soja e milho têm um ciclo forte no primeiro trimestre, e isso aparecerá no PIB. Juliana Trece, coordenadora do Monitor do PIB da FGV, explica que o IBC-Br inclui outros indicadores além dos de serviços, indústria e comércio, divulgados na semana passada pelo IBGE, que indicavam desaceleração da economia. Entre eles, exemplifica, atividade imobiliária, intermediação financeira e agropecuária, claro. O dado forte de janeiro, no entanto, não muda a previsão de um crescimento menor neste ano.

— Vínhamos de um quarto trimestre muito ruim. E como já estamos em março e nada indica mudança na perspectiva da safra, o que deve confirmar um crescimento forte da economia neste primeiro trimestre, puxado pelo agro. Nos próximos trimestres, no entanto, a perspectiva é termos resultados próximos de zero. Por isso, nada muda no cenário de decisório do Copom — explica Juliana.

Apesar de considerar que o dado de janeiro surpreendeu em sua intensidade, José Ronaldo Souza Jr., professor de economia do Ibmec-RJ, também não vê mudança na perspectiva de um ano de crescimento "significativamente" menor. Para além do efeito do ciclo de alta da taxa de juros, que esta semana chegará aos 14,25%, o economista aponta como uma das questões para a redução do ritmo as limitações da capacidade produtiva do país.

— A perspectiva para 2025 é de um crescimento significativamente menor do que teve nos anos anteriores, porque se ocupou bastante a capacidade produtiva, e não há espaço para grande expansão. Obviamente, o agro tem um impacto muito grande, mas será um impacto maior agora no início do ano. No segundo semestre, a projeção é de uma economia mais fraca.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/03/2025

PROJETO DE HIDROGÊNIO VERDE DA VALE PARA CADEIA DO AÇO SE TORNA PRIORIDADE PARA UE

Parceria com a Green Energy Park, iniciativa entrou para a lista prioritária do Global Gateway

Por Rennan Setti



Minério de ferro — Foto: Arquivo/Vale

O projeto de hidrogênio verde da Vale e da europeia Green Energy Park para reduzir a pegada de carbono da cadeia do aço entrou para a lista de prioridades do Global Gateway, afirma a mineradora brasileira. O programa da União Europeia (UE) pretende destinar até € 300 bilhões a investimentos de impacto em escala global até 2027.

Anunciado em outubro, o projeto da Vale e da Green Energy Park quer viabilizar a construção de uma planta de hidrogênio verde no Brasil, que abastecerá o que chamam de “megahub” — um complexo industrial para produção de produtos metálicos de baixo carbono.

Pelo arranjo acordado entre as duas companhias, a Green Energy Park produzirá hidrogênio verde, e a Vale fornecerá pelotas e briquetes de minério de ferro que servirão de insumo para a fabricação de HBI (Hot Briquetted Iron, conhecido em português como ferro esponja). Obtido por meio da redução do minério de ferro, o HBI produzido com energia limpa é uma das grandes apostas da transição para o “aço verde”, com menor pegada de carbono.

Segundo a Vale, com a decisão, a UE reconhece o projeto como estratégico, o que tende a facilitar a atração de parceiros e a busca por financiamento.

“Ao incluir o projeto Vale-GEP em sua lista de prioridades, a União Europeia reconhece a importância dessa iniciativa para o desenvolvimento da cadeia do hidrogênio verde e para a descarbonização da indústria siderúrgica mundial”, afirma Rogério Nogueira, vice-presidente executivo Comercial e de Desenvolvimento da Vale, em nota. “Ganhamos mais um impulso para atrair outros parceiros que nos apoiem na viabilização desse projeto, que consideramos fundamental para a economia de baixo carbono do Brasil.”

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/03/2025

TARIFAS DE TRUMP FARÃO MUNDO CRESCER MENOS E EUA SERÃO AINDA MAIS AFETADOS, ALERTA OCDE

Organização prevê recessão no México e crescimento 0,3 ponto percentual menor no mundo em 2026. Para economia americana, impacto será de 0,5 ponto percentual. Estimativa para o Brasil também piora

Por Bloomberg — Paris



Contêineres no porto de Lianyungang, na China: comércio global será afetado por tarifas de Trump — Foto: AFP

As políticas comerciais agressivas do presidente dos EUA, Donald Trump, colocaram abruptamente o mundo em um caminho de crescimento mais lento e inflação mais alta, o que pode piorar significativamente se as tensões aumentarem, disse a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O grupo que tem sede em Paris e reúne 38 das economias mais avançadas do mundo, reduziu suas previsões de crescimento econômico para a maioria dos membros e previu que o ritmo de expansão global desacelerará para 3,1% neste ano e 3% em 2026, à medida que barreiras restringem o comércio e a crescente incerteza freia os investimentos empresariais e os gastos dos consumidores.

Para o Brasil, a OCDE reduziu ainda mais suas projeções e agora vê uma expansão de só 2,1% do PIB brasileiro em 2025 (contra 2,7% previstos em dezembro) e de 1,4% em 2026 (antes a estimativa era de 1,9%).

Os países mais expostos à guerra comercial devem enfrentar desacelerações ainda mais acentuadas, com o crescimento do Canadá caindo para 0,7%, menos da metade da previsão feita pela OCDE em dezembro, o México entrando em recessão (-1,3%) e a expansão anual dos EUA encolhendo para 1,6% no próximo ano — o nível mais fraco desde 2011, exceto pelo impacto inicial da pandemia em 2020.



O aumento dos custos do comércio também impulsionará uma inflação mais forte do que o esperado, exigindo que os bancos centrais mantenham políticas restritivas por mais tempo, disse a OCDE. Em muitos países, incluindo os EUA, o aumento dos preços básicos permanecerá acima das metas estabelecidas pelos governos locais ao longo deste ano e em 2026.

O relatório divulgado nesta segunda-feira pela OCDE é o panorama mais abrangente já feito por uma organização internacional de quantificar os estragos da guerra comercial de Trump. Apesar de o republicano ter reiteradamente ameaçado iniciar uma escalada tarifária durante a corrida eleitoral, a volatilidade e a magnitude de suas ameaças pegaram de surpresa analistas e investidores.

Na semana passada, as ações dos EUA entraram em forte correção, com o S&P 500, índice mais usado nos fundos de investimento da classe média americana, despencando 10% em relação ao pico registrado em meados de fevereiro. Quando perguntado sobre o risco de uma recessão, Trump reconheceu que o país enfrenta “um período de transição” devido à sua tentativa de reconfigurar radicalmente o comércio global, mas minimizou a turbulência nos mercados.

A análise da OCDE leva em consideração as medidas já adotadas entre a China e os EUA, bem como as tarifas generalizadas de 25% impostas por Washington sobre as importações de aço e alumínio. Também se baseia na suposição de um aumento de 25 pontos percentuais nas tarifas sobre produtos canadenses e mexicanos, acompanhado de uma retaliação equivalente por parte desses países.

Os cálculos não levam em conta outras ameaças feitas por Trump, incluindo sua promessa de implementar tarifas recíprocas globais ou a proposta da semana passada de impor tarifas de 200% sobre o vinho da União Europeia.

Impacto maior nos EUA do que no resto do mundo

De acordo com uma simulação ilustrativa da OCDE, na qual as tarifas bilaterais são elevadas permanentemente em 10 pontos percentuais, o PIB global poderia ficar 0,3% menor do que o originalmente previsto após três anos. A organização afirmou que os EUA sofreriam um “impacto significativo”, com um crescimento 0,7 ponto percentual menor nesse período.

A inflação também seria mais forte nesse cenário, levando os bancos centrais a apertar a política monetária e desencadeando uma “reprecificação disruptiva” nos mercados financeiros. Esses riscos e a crescente incerteza significam que as autoridades monetárias devem permanecer atentas às pressões sobre salários e preços, afirmou a OCDE.

“A maior fragmentação da economia global é uma preocupação central”, disse a organização. “A ampliação e o aumento das barreiras comerciais prejudicariam o crescimento em todo o mundo e intensificariam a inflação.”

Ainda assim, a OCDE destacou que há possíveis reveses positivos no cenário, caso as tarifas sejam menores e a política comercial de Trump se torne mais estável. O aumento dos gastos com defesa, como a Europa prometeu nas últimas semanas, também poderia impulsionar o crescimento, embora aumente a pressão sobre as finanças públicas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/03/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PIB DO BRASIL DEVE CRESCER MENOS COM JUROS ALTOS E TARIFAS DE TRUMP, DIZ OCDE

Organização reduziu previsão de crescimento da economia brasileira de 2,3% para 2,1% em 2025 e de 1,9% para 1,4% em 2026

Por Ricardo Leopoldo (Broadcast)

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu a previsão de crescimento do Brasil em 2025, de 2,3% para 2,1%, e para 2026, de 1,9% para 1,4%, segundo o Interim Economic Outlook. As estimativas anteriores foram realizadas em dezembro.

Segundo o relatório, a redução da velocidade da economia do País no biênio deve ocorrer devido à elevação de juros pelo Banco Central e por efeitos ao nível de atividade provocados pela alta de tarifas a aço e alumínio exportados aos EUA.

“É esperado que a expansão no Brasil desacelere em relação ao seu recente ritmo rápido, pois o impacto do aperto da política monetária e das tarifas mais altas sobre as exportações de aço e alumínio para os Estados Unidos reduzirá o crescimento de 3,4% em 2024 para 2,1% em 2025 e 1,4% em 2026.”



OCDE citou tarifas mais altas sobre as exportações de aço e alumínio do Brasil para os EUA ao revisar crescimento da economia brasileira Foto: Sérgio Roberto Oliveira/Estadão

A redução das projeções para o Produto Interno Bruto do Brasil pela OCDE ocorre em contexto no qual a instituição prevê uma moderação da economia global em 2025 e 2026 devido “a maiores barreiras comerciais” nos países membros do G20 e “aumento de incertezas geopolíticas e de políticas pesando sobre investimento e gasto de famílias.” A OCDE prevê que o crescimento global baixará

de 3,2% em 2024, para 3,1% em 2025 e 3,0% em 2026.

Em relação à inflação no Brasil, a OCDE aumentou suas projeções de 4,2% para 5,4% em 2025 e de 3,6% para 5,3% em 2026. O documento destaca que o Banco Central tem elevado os juros no País “para assegurar que as expectativas de inflação continuem bem ancoradas.”

A organização destacou que a taxa de desemprego “está particularmente baixa” no Brasil e Turquia, em comparação ao período 2018-2019, biênio anterior à pandemia.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/03/2025

TRUMP: EUA PERDEM US\$ 4 TRI NA BOLSA, TEMEM RECESSÃO E ‘ÍNDICE DO MEDO’ DISPARA; VEJA EM 6 GRÁFICOS

Incerteza provocada por medidas do novo presidente americano já tem forte impacto nos indicadores financeiros e pode chegar rapidamente à economia real

Por Alvaro Gribel

BRASÍLIA – As empresas americanas perderam US\$ 4 trilhões em valor de mercado desde o início do governo de Donald Trump, no dia 20 de janeiro. Ao mesmo tempo, o chamado índice VIX, ou o “índice do medo”, que mede a volatilidade das empresas na bolsa americana, disparou, e houve piora da confiança dos consumidores, com expectativa de aumento da inflação.

Entre as principais bolsas globais, os índices americanos S&P 500, Nasdaq e Dow Jones operam no vermelho, atrás até do Ibovespa, da B3, que se valoriza este ano, mesmo com as incertezas fiscais do governo Lula.

O aumento de barreiras comerciais nos EUA tende a elevar a inflação no país, o que pode fazer com o Federal Reserve (Fed), o banco central americano, corte menos os juros este ano – ou, num pior cenário, até mesmo suba a taxa.



Tarifas impostas por Trump a importações americanas tendem a elevar a inflação no país. Foto: Mandel Ngan/AFP

Com os impactos nas cadeias de suprimento de produção dos EUA, pelo encarecimento dos produtos importados, o índice “GDP Now”, medido pelo Fed de Atlanta, já prevê risco de queda do PIB no primeiro trimestre. Bancos e consultorias, por sua vez, reduzem projeções de crescimento e também falam em risco de recessão.

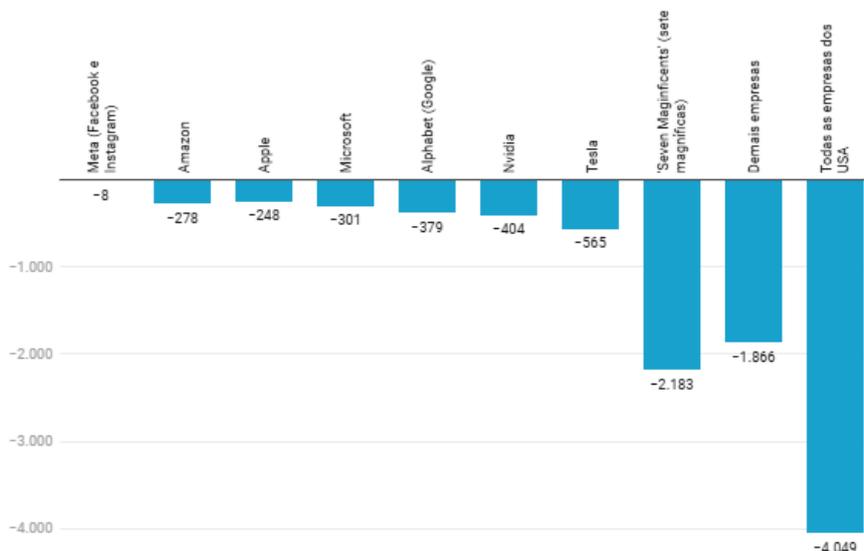
Perda de valor de mercado

O início da administração Trump tem sido marcado pelo derretimento do valor de mercado das empresas do País. Segundo levantamento feito pela consultoria Elos Ayta, de 20 de janeiro, quando Trump tomou posse, a 14 de março, as empresas americanas listadas nos três principais índices das bolsas do país (Nasdaq, S&P 500 e Dow Jones) perderam US\$ 4 trilhões em valor de mercado.

“A forte desvalorização das gigantes de Wall Street reflete um momento de incerteza nos mercados globais. Com perdas trilionárias desde o início do ano, investidores buscam refúgio em outras regiões, enquanto a volatilidade persiste nos EUA”, afirma Einar Rivero, CEO da Elos Ayta. “O impacto se estende além das grandes empresas de tecnologia, afetando o apetite por risco e a alocação de capital no mundo todo.”

Valor de mercado de empresas no governo Trump

Perda acumulada de 20 de janeiro a 14 de março de 2025 (em US\$ bilhões)



Fonte: Fonte: Elos Ayta • [Obter dados](#)

A empresa com maior perda, curiosamente, é a Tesla, do bilionário Elon Musk, o homem mais rico do mundo e que integra o governo Trump, como chefe do Departamento de Eficiência Governamental (DOGE, na sigla em inglês). Desde o início do governo, a desvalorização da empresa na bolsa chega a US\$ 565 bilhões.

Logo em seguida, aparece a Nvidia, com perdas de US\$ 404 bilhões, e a Alphabet, dona do Google, com desvalorização de US\$ 379 bilhões. Ao todo, as sete maiores empresas dos EUA, chamadas de

“sete magníficas”, perderam US\$ 2,1 trilhões. Quando a conta inclui todas as empresas da bolsa, a perda vai a US\$ 4 trilhões.

Desde o início do ano, os três principais índices americanos amargam desvalorização. O índice Nasdaq, que concentra ações de empresas de tecnologia, aparece com a maior perda entre 21 índices mundiais, com queda de 8,1%. O S&P 500 também caiu 4,1% enquanto o Dow Jones recua 2,5%.

Na liderança da valorização este ano está o Euro Stoxx 50, índice europeu, com alta de 25,89%. O Ibovespa, por sua vez, sobe 4,45%.

Variação em 2024 das principais bolsas globais

(em %, de 31 de dezembro de 2024 a 13 de março de 2025)

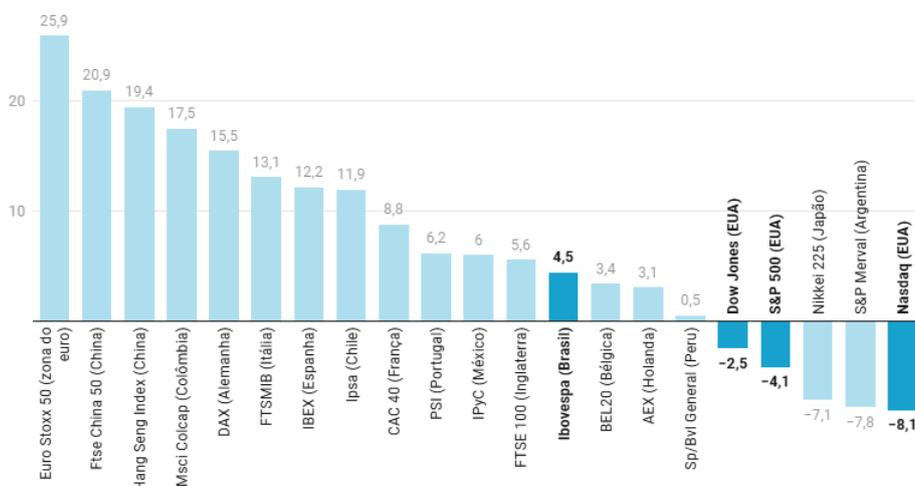


Gráfico: Fonte: Elos Ayta • [Obter dados](#)

Inflação pressionada

Com o anúncio em série de barreiras comerciais, que tendem a encarecer os produtos importados pelos americanos, já houve uma forte piora na percepção dos consumidores em relação à inflação.

Além disso, a entrada em vigor das tarifas contra o aço e alumínio – que atingem o Brasil – já provocaram uma disparada nos preços aos produtores. Desde o dia 25, a tonelada do aço em bobina laminada a quente no Centro-Oeste dos EUA disparou de US\$ 779 para US\$ 939, um aumento de 20,53%.

Aço em bobina laminada a quente no Centro-Oeste dos EUA

(US\$ por tonelada)



Fonte: Fonte: Investing.com • [Obter dados](#)

“A tarifa encareceu o aço importado e permitiu que os produtores domésticos aumentassem seus preços”, afirma o economista Alexandre Schwartsman. “O resultado é perda de competitividade das empresas americanas que usam aço como insumo. Tremendo tiro no pé”, diz.

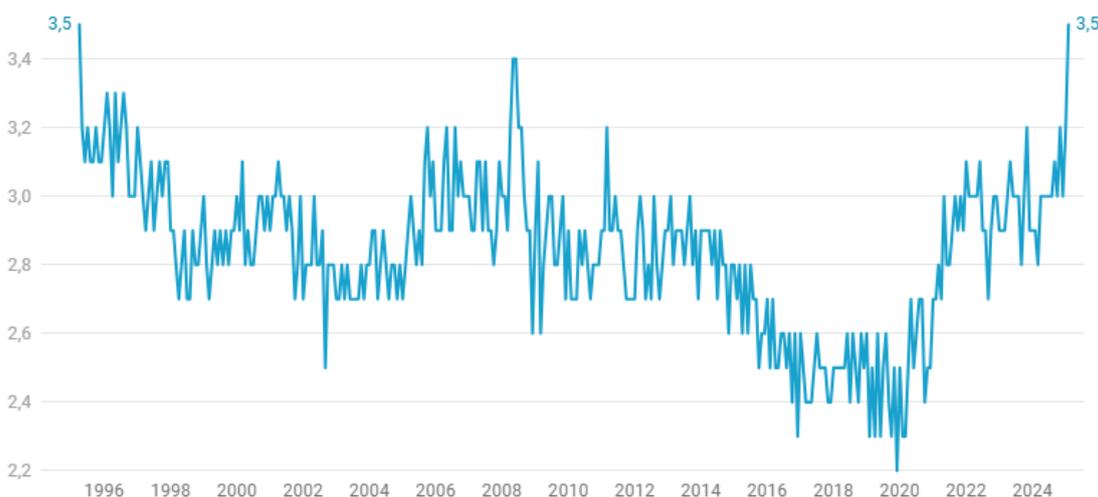
Sondagem feita pela Universidade de Michigan com consumidores, por sua vez, mostrou que a projeção de inflação para cinco anos à frente subiu para 3,5% em fevereiro – o maior patamar desde abril de 1995, em quase 30 anos.

Segundo o economista Alberto Ramos, diretor de pesquisa econômica para a América Latina do banco Goldman Sachs, esse indicador tende a ser mais volátil, porque faz uma sondagem com os consumidores – que não rodam modelos como os economistas –, mas já começa a refletir o noticiário apontando aumento dos preços por conta das medidas de Trump.

Essa piora na percepção de inflação tende a fazer com que o mercado passe a apostar em menos cortes na taxa de juros pelo Fed, o que também tem levado alguns bancos a piorar as projeções de crescimento do país, com risco até de recessão.

Expectativa de inflação dos consumidores americanos

(Sondagem - Universidade de Michigan, em %)



Fonte: Universidade de Michigan - Obter dados

‘Índice do medo’ (VIX)

As incertezas provocadas por Trump fizeram disparar o índice VIX, que mede a volatilidade das empresas dentro do S&P 500 e é conhecido como “índice do medo”. Segundo o economista-chefe da Austin Ratings, Alex Agostini, diferentemente do primeiro mandato, Trump agora está indo além da retórica e colocando as medidas em prática.

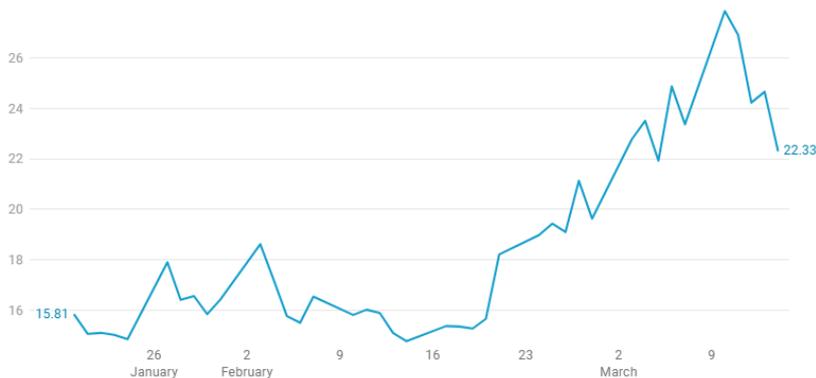
“Eu acho que ele deixou muito claro qual é a posição dele em relação aos Estados Unidos desde o primeiro mandato; só que, diferentemente daquela vez, agora ele está colocando em prática tudo aquilo que só ficava na narrativa”, afirmou.

Agostini lembra que ele sempre foi um empresário com uma postura agressiva nos negócios, que faliu muitas vezes, mas se manteve como uma pessoa de sucesso. A lógica empresarial, no entanto, pode nem sempre estar alinhada à gestão pública, mesmo para uma potência econômica mundial, como os EUA.

“Em uma empresa, quando você fecha as portas com o fornecedor, você tem outro para negociar. O problema é que, como governo, você não tem tantos fornecedores no mundo e não é tão simples fechar e abrir portas. Você tem organismos internacionais, como a OMC (Organização Mundial do Comércio), que tentam equilibrar diferenças econômicas e financeiras entre países desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos”, explica.

'Índice do medo' - Vix (volatilidade)

(em pontos)



Source: Fonte: Chicago Board Options Exchange (CBOE) - [Get the data](#)

Risco de queda do PIB

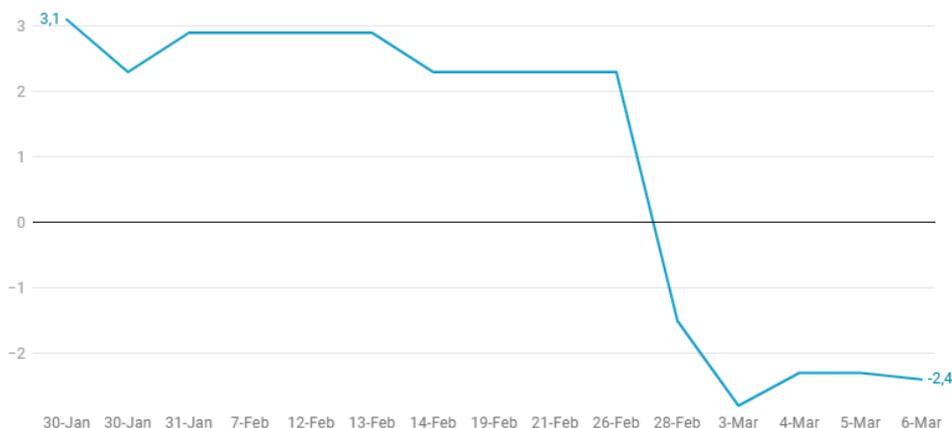
O “GDPNow” (PIB agora), indicador que avalia a evolução da economia americana em tempo real, produzido por um modelo elaborado pelo Fed de Atlanta, apontou que o PIB do país no primeiro trimestre de 2025 atingiu -2,5%, em termos anuais e com ajustes sazonais, no dia 6 de março.

Segundo Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, a piora desse indicador reflete as incertezas provocadas pelo governo Trump na economia.

“O GDP Now está indicando que talvez haja uma queda de PIB já no primeiro trimestre. É bastante razoável de se esperar, porque Trump trouxe um cenário de muita incerteza, de muita instabilidade para a economia mundial e para a economia americana especialmente”, afirma Vale.

Índice de projeção do PIB - 'GDP Now'

Estimativa para o 1º trimestre de 2025 (em %)



Fonte: Fed de Atlanta - [Obter dados](#)

Ele destaca que o aumento de tarifas foi além da briga com a China e atingiu também México e Canadá, que estão totalmente integrados às cadeias de produção americanas. Além disso, há o risco de novos aumentos de tarifas, o que provoca enorme incerteza entre empresários, consumidores e investidores.

“Os americanos estavam, de certa forma, preparados para um Trump agressivo com a China. E, de repente, vem um Trump agressivo com o Canadá e o México, e que embaralha muito a estrutura comercial do país por conta da produção entre eles. Isso colocou um grau de incerteza enorme e um crescimento das importações nesse início de ano. Isso pode trazer a desaceleração já para o primeiro trimestre”, afirma.

Analistas do JPMorgan Chase afirmaram em um relatório que havia um “risco materialmente maior” de uma recessão global este ano por causa de “políticas extremas dos EUA”. Eles colocaram a probabilidade de tal recessão em 40%. Estrategistas do Goldman Sachs aumentaram as chances de uma recessão nos EUA nos próximos 12 meses para 20%, citando “mudanças de política como o risco principal”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/03/2025

ANAC LIBERA AVIÕES A JATO EM FERNANDO DE NORONHA PELA PRIMEIRA VEZ DESDE 2022

Autorização ocorre em meio à operação emergencial do Ministério de Portos e Aeroportos e da Latam para que os passageiros que adquiriram passagens da Voepass para o arquipélago

Por Elisa Calmon (Broadcast)

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) liberou, a partir desta terça-feira, 18, a operação de aeronaves com motores a reação (a jato) em Fernando de Noronha em caráter provisório. A atuação desse tipo de avião no arquipélago estava suspensa havia mais de dois anos.

A autorização ocorre em meio à operação emergencial montada pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela Latam para que os passageiros que adquiriram passagens da Voepass para Fernando de Noronha consigam entrar e sair do arquipélago.

A Voepass, que operava em Noronha com aviões turboélice, teve todos os voos suspensos pela Anac na semana passada.

No final de fevereiro, a Latam, que possui um acordo de compartilhamento de voos (codeshare) com a Voepass, anunciou que começará a voar para Fernando de Noronha a partir de 1º de maio. A companhia aérea vai operar um voo diário para o arquipélago a partir do Aeroporto de Guarulhos (São Paulo). A rota será operada com aeronaves Airbus A319.



A proibição da Anac ocorreu diante da possibilidade de que os motores a reação aspirassem detritos da pista de pouso e decolagem Foto: Renee Pereira/Estadão

A Latam voa com aeronaves a jato, que estavam impedidas de pousar em Noronha desde outubro de 2022. A proibição da Anac ocorreu diante da possibilidade de que os motores a reação aspirassem detritos da pista de pouso e decolagem.

Contudo, a agência anunciou nesta segunda-feira, 17, a suspensão em caráter provisório da medida após as obras iniciais realizadas na pista de pouso e decolagem do Aeroporto de Fernando de Noronha.

A recuperação completa da pista seguirá até o fim do ano, segundo a Anac. “As obras previstas para ocorrer entre março e dezembro de 2025 serão monitoradas pela Anac e são condicionantes para a continuidade das operações de aeronaves a jato no aeródromo”, diz a agência.

Ainda de acordo com a Anac, as intervenções realizadas até o momento incluem a requalificação de uma faixa central de 18 metros de largura ao longo de toda a extensão da pista de pouso e decolagem, bem como a recomposição provisória da sinalização horizontal, que permitem o retorno com segurança das operações de aeronaves a jato.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/03/2025

VALOR ECONÔMICO (SP)

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA TEM SUPERÁVIT DE US\$ 1,80 BI NA 2ª SEMANA DE MARÇO

Em março, a balança acumula superávit de US\$ 4,83 bilhões e, no ano, tem saldo positivo de US\$ 6,76 bilhões

Por Valor — São Paulo



— Foto: Divulgação | GEPR

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,80 bilhão na segunda semana de março, informou a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/Mdic). O valor é resultado de exportações de US\$ 7,56 bilhões e importações de US\$ 5,76 bilhões no período.

Em março, a balança acumula superávit de US\$ 4,83 bilhões e, no ano, tem saldo positivo de US\$ 6,76

bilhões.

A média diária de exportações em março, até a segunda semana, avançou 31% para US\$ 1,811 bilhão, quando comparada com igual mês de 2024. Foi impulsionada pelos embarques da agropecuária (44%) e indústria de transformação (31,4%), seguidas pelas vendas da indústria extrativa (15,6%).

Já a média diária das importações até a segunda semana de março avançou 17,9% para US\$ 1,207 bilhão, na comparação com março de 2024. O desempenho foi puxado pelas compras da agropecuária (52,2%) e indústria de transformação (19,8%). Em contrapartida, os desembarques da indústria extrativa recuaram 20% no período.

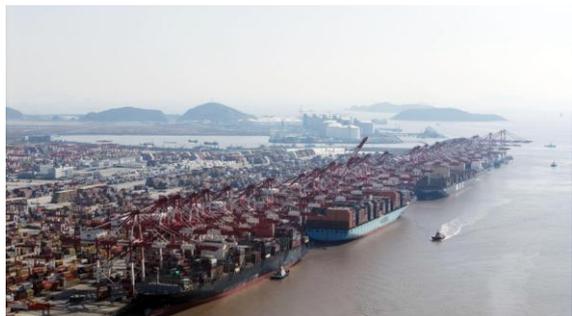
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 17/03/2025

CHINA APRESENTA PLANO PARA INCENTIVAR CONSUMO DIANTE DE AMEAÇA DA GUERRA TARIFÁRIA DE TRUMP ÀS EXPORTAÇÕES

Banco central chinês estudará a criação de novas ferramentas para aumentar o financiamento de baixo custo a importantes áreas de consumo

Por Ken Moritsugu, Em Associated Press — de Pequim



Porto na China: novas medidas visam melhorar o consumo doméstico para reduzir dependência das exportações — Foto: Bloomberg

Autoridades do governo chinês deram mais detalhes nesta segunda-feira (17) sobre as medidas sendo tomadas para tentar incentivar a demanda local e fazer os consumidores gastarem mais, em meio à guerra de tarifas lançada pelo presidente dos EUA, Donald Trump, que ameaça restringir as exportações chinesas.

O banco central chinês estudará a criação de novas ferramentas para aumentar o financiamento de baixo custo a importantes áreas de consumo, segundo Che Shiyi, do Banco do Povo da China, o banco central do país.

No lado dos gastos, o governo já liberou em janeiro uma primeira parte de 81 bilhões de yuans (US\$ 11,2 bilhões) para governos locais de um programa de descontos para estimular as vendas de carros e eletrodomésticos, segundo o vice-presidente da Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento da China, Li Chunlin.

As autoridades falaram em entrevista coletiva um dia depois de o governo, junto com o Partido Comunista, ter divulgado um plano com várias frentes para tentar elevar os gastos dos consumidores. As medidas parecem ter sido criadas para mostrar que o governo está comprometido em reanimar uma economia enfraquecida.

"Embora haja poucos novos detalhes sobre como o governo incentivará os gastos, os detalhes do plano mostram uma maior determinação para enfrentar o problema do consumo na China neste ano", escreveu Lynn Song, economista-chefe para a Grande China no banco ING, em relatório sobre o plano.

Novos dados oficiais divulgados na segunda mostram sinais de melhora nos primeiros dois meses do ano, embora a fraqueza do mercado imobiliário continue a pesar sobre o crescimento.

As vendas no varejo subiram 4% em janeiro e fevereiro em comparação ao mesmo bimestre de 2024, acima do previsto. A produção industrial cresceu 5,9%, segundo a Agência Nacional de Estatísticas. Os dados acima das previsões ajudaram a impulsionar os mercados de ações na Ásia.

Um porta-voz da agência disse que a economia rumo na direção certa, mas advertiu que ainda há desafios tanto internos quanto externos. Trump já impôs tarifas de 20% sobre os produtos chineses, capazes de afetar a economia do país, altamente dependente das exportações, e, no domingo à noite, reiterou a intenção de impor mais tarifas no início de abril.

"O ambiente externo tornou-se mais complexo e sombrio, a demanda interna efetiva é insuficiente, algumas empresas estão enfrentando dificuldades na produção e operação, e a base para a recuperação contínua da economia ainda é instável", disse Fu Linghui, porta-voz da agência, em entrevista coletiva.

Ele acrescentou, no entanto, que o comércio exterior da China mostrou resiliência.

"O sistema industrial da China é completo, e suas capacidades de inovação estão melhorando gradualmente", disse. "Há uma fundação e as condições para o desenvolvimento estável do comércio exterior."

A longa crise imobiliária tem enfraquecido a confiança do consumidor e os gastos. O investimento em imóveis caiu 9,8% nos dois primeiros meses do ano, segundo a agência de estatísticas.

A boa notícia é que o declínio dos preços imobiliários desacelerou, embora ainda não tenha encontrado um piso. Os preços de casas novas e usadas caíram em janeiro e fevereiro, mas em ritmo bem mais lento do que na maior parte de 2024.

O banco ING prevê que os preços dos imóveis interromperão a queda em 2025, mas provavelmente não se recuperarão rapidamente.

"Os dados de fevereiro mostraram que seria prudente para as autoridades não tirarem o pé do acelerador em termos das políticas de apoio", escreveu Song em um relatório.

O plano divulgado no domingo inclui várias iniciativas, desde a aceleração do desenvolvimento de produtos relacionados à inteligência artificial (IA), como direção autônoma e dispositivos vestíveis inteligentes, até o incentivo ao turismo de inverno em regiões do país com muita neve, de acordo com a agência oficial de notícias "Xinhua".

Também inclui medidas para incrementar o poder de compra, expandindo os benefícios para idosos e o seguro-saúde para residentes rurais, segundo a "Xinhua".

No início de março, o governo anunciou que o programa de descontos para pessoas que trocam eletrodomésticos ou automóveis antigos por novos, agora em seu segundo ano, dobraria para 300 bilhões de yuans em 2025.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 17/03/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

FÓRUM SERÁ IMPORTANTE PARA DEBATES SOBRE FORMAÇÃO E DEMANDA DE MARÍTIMOS, DIZ RESANO

Por Danilo Oliveira Navegação 17/03/2025 - 18:58



Abac acredita que autoridade marítima será chamada para grupo criado pelo MPor que discutirá políticas públicas para trabalhadores aquaviários

A Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) avalia que o Fórum permanente para discussão de políticas públicas para os trabalhadores aquaviários, criado na última semana pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) veio em momento oportuno e será importante para discutir assuntos que estão na ordem do dia da navegação, como a oferta e demanda de marítimos no mercado brasileiro. A Abac é uma das

três representantes fixas do setor no grupo, junto com o Syndarma/Abeam (apoio marítimo) e a Abani (navegação interior).

O diretor-executivo da Abac, Luis Fernando Resano, acredita que a autoridade marítima será chamada às discussões, principalmente às relacionadas ao ensino profissional marítimo. "Esse fórum vem num bom momento, ainda que a Marinha não participe formalmente ainda. Mas, certamente, traremos a Marinha para esses debates de formação e demanda de mão de obra", comentou Resano à Portos e Navios.

A Abac considera importante um fórum coordenado pelo governo para o debate das questões relacionadas ao tratamento dos marítimos e da formação de novos profissionais, uma vez que é uma atividade bastante restrita que depende das escolas de formação da Marinha. "Precisamos também pensar em como ampliar, e não em haver falta de marítimos em momentos críticos como o que vivemos agora", defendeu Resano.

Resano disse que o novo fórum envolvendo representantes da navegação marítima e da navegação interior foi criado à semelhança do que já existe na área portuária. "Será um fórum aberto para sentarem trabalhadores e empregadores para discutir uma política de crescimento e fortalecimento da marinha mercante brasileira", ressaltou. Ele acrescentou que outros temas que já constam na agenda setorial serão incluídos na pauta, como o combate ao assédio a bordo e a participação das mulheres nas atividades aquaviárias.

A portaria do MPor, publicada na última quinta-feira (13), estabelece que o fórum é de natureza consultiva e propositiva ao ministério, com o objetivo de promover a discussão e a proposição de medidas relativas à organização, formação, aperfeiçoamento, capacitação e atribuições da categoria. Além da cabotagem, do apoio marítimo e da navegação interior, o fórum contará com três representantes dos trabalhadores aquaviários, que serão indicados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos (CONTTMAF), sendo um de cada segmento da navegação.

O grupo será coordenado pela Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação do MPor, que também exercerá o papel de secretaria executiva. “O Fórum será o local adequado para o diálogo sobre os temas afetos aos marítimos e fluviários, colocando na mesma mesa as diversas instituições envolvidas”, comentou o secretário nacional de hidrovias e navegação, Dino Antunes Batista.

De acordo com a portaria, o fórum poderá convidar, de forma permanente ou quando necessário, representantes de outros órgãos, entidades e instituições, públicas ou privadas, para participar das reuniões, prestar informações e colaborar com suas atividades. O plenário do fórum deverá receber, discutir, propor pautas e estudos com o objetivo de oferecer sugestões relativas à organização, formação, aperfeiçoamento, capacitação e atribuições da categoria.

O grupo poderá propor e aprovar a criação de grupos técnicos para desenvolver os estudos de temas considerados prioritários, além de aprovar o calendário das reuniões ordinárias, atas das reuniões e propor convites a autoridades e personalidades relacionadas à temática do fórum. Os grupos técnicos serão de caráter temporário, duração não superior a um ano, prorrogável por metade do período e com até seis membros, sendo possível a operação de até três grupos técnicos simultaneamente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2025

DECISÃO DO STJ SOBRE MULTAS ADUANEIRAS IMPACTA PROCESSOS NO CARF

Por Lorena Parrilha Teixeira Portos e logística 17/03/2025 - 19:06



Tribunal reconheceu possibilidade de 'prescrição intercorrente', o que pode levar à extinção de processos paralisados por mais de três anos, alterando postura do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmou, na semana passada, o entendimento de que a prescrição intercorrente prevista na Lei 9.873/1999 (punições administrativas) se aplica a processos administrativos envolvendo infrações e multas aduaneiras. Essa decisão, tomada sob o rito dos recursos repetitivos, tem

efeito vinculante e impactará diretamente os julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), podendo resultar na extinção de processos que permaneçam paralisados por mais de três anos.

Até então, a Súmula nº 11 do CARF afastava a aplicação da prescrição intercorrente em processos administrativos fiscais, incluindo infrações aduaneiras. No entanto, com o novo entendimento do STJ, o CARF deverá reconhecer a prescrição em casos que atendam aos critérios estabelecidos pela legislação. Esse movimento representa uma mudança significativa na forma como infrações aduaneiras de natureza não tributária serão tratadas, garantindo maior segurança jurídica aos contribuintes.

A decisão do STJ representa uma importante proteção para empresas que enfrentam autuações fiscais e disputas tributárias. Caso um processo administrativo fique paralisado por mais de três anos sem movimentação da administração pública, ele poderá ser arquivado por prescrição intercorrente.

Esse novo cenário evita a perpetuação de litígios e permite que as empresas direcionem seus esforços para questões mais atuais, reduzindo incertezas e riscos financeiros.

De acordo com Flávio Molinari, sócio da área tributária do Collavini Borges Molinari Advogados, a decisão do STJ reforça o direito dos contribuintes contra a inércia administrativa. "A extinção de processos antigos paralisados proporciona um ambiente jurídico mais estável e previsível para as empresas, que não precisarão lidar indefinidamente com autuações sem movimentação", explicou.

Bruno Teixeira, sócio tributarista do TozziniFreire Advogados, destacou que os contribuintes já podem começar a revisar seus processos para identificar situações em que a prescrição intercorrente se aplica. "Como a prescrição é uma questão de ordem pública, pode ser reconhecida a qualquer tempo. As empresas devem estar atentas para solicitar a extinção de processos que se enquadrem nesse critério", afirmou.

Embora a decisão do STJ tenha caráter vinculante, ainda há possibilidade de a União buscar rediscutir a questão, especialmente quanto à modulação dos efeitos da decisão. No entanto, como a matéria tem natureza infraconstitucional, a chance de o caso ser levado ao Supremo Tribunal Federal (STF) é considerada remota.

Outro ponto de destaque é o impacto dessa decisão sobre a Súmula CARF nº 11. O entendimento firmado pelo STJ estabelece um 'distinguishing', diferenciando as multas aduaneiras dos tributos em sentido estrito. Enquanto a súmula continuará valendo para processos administrativos fiscais de natureza tributária, as infrações aduaneiras passam a ter um tratamento distinto, permitindo o reconhecimento da prescrição intercorrente nesses casos.

Com essa nova jurisprudência, é esperado um aumento no número de pedidos de prescrição intercorrente por parte dos contribuintes. Empresas e advogados tributaristas já analisam a possibilidade de requerer a extinção de processos que ficaram inativos por mais de três anos, o que pode impactar significativamente o estoque de litígios administrativos no CARF.

A decisão do STJ representa um marco na interpretação das regras de prescrição aplicáveis a infrações aduaneiras, promovendo maior segurança jurídica e previsibilidade para o setor empresarial. O próximo passo será observar como o CARF aplicará esse entendimento e se haverá ajustes na sua jurisprudência para se alinhar à nova orientação do tribunal superior.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2025

PROJETO TECON SANTOS 10 PASSARÁ POR AUDIÊNCIA NESTA TERÇA (18)

Da Redação Portos e logística 17/03/2025 - 18:04



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realiza nesta terça-feira (18), às 14h30, uma audiência pública para discutir o arrendamento do Terminal de Contêineres Santos 10 (Tecon Santos 10). O projeto, com previsão de investimento de R\$ 5,6 bilhões, deve ampliar em 50% a capacidade do Porto de Santos, fortalecendo sua posição como hub logístico para a América Latina.

O empreendimento, reformulado pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela Antaq, será o maior terminal do Porto de Santos, atendendo à crescente demanda por movimentação e armazenagem de contêineres e carga geral. O contrato de 25 anos prevê investimentos na área arrendada e nas áreas comuns do porto, incluindo serviços de dragagem na área de manobra e nos berços de atracação.

A audiência será transmitida ao vivo pelo canal da Antaq no YouTube. Os interessados em se manifestar devem se inscrever pelo WhatsApp no número (61) 2029-6940, no dia 17 de março, das 9h às 17h. O período de consulta pública sobre o arrendamento do terminal segue aberto até 24 de

março, e as contribuições podem ser enviadas exclusivamente pelo formulário eletrônico disponível no site da Antaq.

Os documentos técnicos e minutas jurídicas estão acessíveis na página da Agência. Interessados que não disponham dos recursos necessários para o envio eletrônico podem utilizar os computadores disponíveis na Secretaria-Geral da Antaq, em Brasília, ou em suas Unidades Regionais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2025

APS PUBLICA EDITAIS PARA OBRA DE DERROCAMENTO E PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Da Redação Portos e logística 17/03/2025 - 17:57



A Autoridade Portuária de Santos (APS) lançou três novos editais de licitação para contratação de serviços e fornecimento de materiais. O principal processo trata da execução da obra de derrocamento do leito do canal do porto organizado, necessária para aprofundá-lo a 16,5 metros e permitir a operação de navios de maior porte. O contrato terá vigência de 18 meses, e as propostas poderão ser enviadas até as 10h do dia 3 de abril.

O edital da obra de derrocamento é a principal iniciativa entre os três processos publicados, pois permitirá a modernização da infraestrutura do Porto de Santos, ampliando a capacidade operacional para receber embarcações de maior porte. Já as outras contratações atendem a necessidades administrativas e iniciativas internas voltadas à equipe da APS.

Há uma licitação para o fornecimento de 50 kits "Boas-Vindas ao Bebê", destinados ao Programa de Qualidade de Vida da APS, que busca valorizar os funcionários da empresa. O contrato terá duração de 12 meses, e os interessados podem enviar suas propostas até as 10h do dia 26 de março. Outra licitação aberta refere-se à aquisição de papel A4, canetas esferográficas nas cores azul, preta e vermelha e lápis, para reposição do estoque do almoxarifado da APS. A vigência do contrato será de três meses, e as propostas podem ser apresentadas até as 10h do dia 28 de março. Os interessados podem acessar a página de licitações da APS para mais detalhes sobre os processos e os requisitos de participação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2025

FPSO ALEXANDRE DE GUSMÃO CHEGA AO CAMPO DE MERO E AMPLIA ATUAÇÃO DA SBM NO BRASIL

Da Redação Offshore 17/03/2025 - 17:50



A SBM Offshore anunciou a chegada do FPSO Alexandre de Gusmão ao Campo de Mero, no pré-sal da Bacia de Santos, na última terça-feira (4). O navio-plataforma, que saiu do cais do estaleiro Cosco Shipping (Qidong) Offshore, na China, será a nona da SBM a operar no Brasil. O primeiro óleo do FPSO, localizado a uma distância de aproximadamente 190 quilômetros da costa do Rio de Janeiro, está previsto para ainda este ano.

O navio-plataforma tem capacidade de produção de 180 mil barris de óleo por dia (bpd) e compressão de 12 milhões de metros cúbicos de gás por dia. O Campo de Mero é operado pela Petrobras (38,6%), em parceria com a Shell Brasil (19,3%), TotalEnergies

(19,3%), CNPC (9,65%), CNOOC (9,65%) e PPSA (3,5%), como representante da União na área não contratada.

Em outubro passado, a SBM também anunciou a chegada do FPSO Almirante Tamandaré, que tem capacidade de produção de 225 mil barris de petróleo por dia (bpd) e 12 milhões de metros cúbicos de gás, sendo o primeiro a operar no país com a notação Sustainability-1 emitida pela Bureau Veritas, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Com tecnologias de ponta, o Almirante Tamandaré opera no Campo de Búzios, na Bacia de Santos, no litoral do Rio de Janeiro. No último dia 15 de fevereiro, o navio plataforma entrou em produção.

Juntos, os dois FPSOs, afretados pela Petrobras, marcam nova etapa na história da exploração e produção de petróleo, aumentando a produção de petróleo nacional e representando um novo capítulo na atuação a SBM Offshore no país.

“Estamos comprometidos em investir no Brasil, o principal mercado da companhia no mundo, e contribuir com o desenvolvimento do setor de O&G. Atualmente, as unidades projetadas e/ou de propriedade da SBM Offshore são responsáveis por cerca de 17% da produção nacional de petróleo, e esse número chegará a 30% com as novas unidades em operação”, disse Jonas Lobo, gerente-geral da SBM no Brasil.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2025

PORTO DE PARANAGUÁ CELEBRA 90 ANOS COM MOVIMENTAÇÃO RECORDE E AMPLIAÇÃO

Da Redação Portos e logística 17/03/2025 - 18:10



O Porto de Paranaguá (PR) comemorou, nesta segunda-feira (17), seus 90 anos de operação em cerimônia realizada no Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP). O evento contou com a presença de autoridades da Portos do Paraná, representantes da TCP, membros da comunidade portuária e do governador do estado, Ratinho Junior.

Em 2024, o porto registrou um recorde histórico, movimentando mais de 66 milhões de toneladas, um crescimento de 2,1% em relação a 2023. As operações de

contêineres também bateram recorde, alcançando 10,8 milhões de toneladas em mercadorias e mais de 1,5 milhão de TEUs, tornando Paranaguá o segundo porto do Brasil a atingir esse volume.

A exportação de carnes e congelados foi um dos destaques, somando 3,4 milhões de toneladas. Segundo a Portos do Paraná, o TCP mantém o título de maior corredor de exportação de carne de frango congelada do mundo e, com investimentos recentes, passou a contar com o maior pátio para armazenagem de contêineres refrigerados da América do Sul, com 5.268 tomadas.

As celebrações incluíram o lançamento do livro 'Porto de Paranaguá – 90 anos' e a obliteração do selo comemorativo dos Correios. Durante o evento, a fragata Liberal (F-43), da Marinha do Brasil, esteve atracada no cais e recebeu autoridades. A embarcação, construída na Inglaterra e incorporada à Marinha do Brasil em 1998, tem 129 metros de comprimento e 13,5 metros de largura.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2025

SEAGEMS CONCLUI INSTALAÇÃO DE ESTACAS TORPEDO NO CAMPO DE MERO 3 COM USO DE PLSV

Da Redação Offshore 17/03/2025 - 19:16



A Seagems finalizou um projeto de instalação de quatro estacas torpedo no campo de Mero 3, na Bacia de Santos, em uma operação contratada pela Subsea7. O diferencial do projeto foi o uso do navio Esmeralda, um PLSV (lançamento de linhas), para a execução integral da instalação, substituindo embarcações tradicionais do tipo AHTS (manuseio de âncoras).

O PLSV Esmeralda, menor navio da frota da Seagems, conta com sistemas de lançamento vertical e horizontal, permitindo maior versatilidade na operação. A adaptação dessa embarcação para o manuseio de estacas torpedo eliminou a necessidade de contratar diferentes tipos de navios, tornando o processo mais eficiente e econômico.

As estacas torpedo são utilizadas para garantir a estabilidade de dutos submarinos, minimizando deslocamentos causados por correntes marítimas ao longo de sua vida útil. O processo envolve a descida controlada da estaca, sua liberação em queda livre para penetração no leito marinho e a posterior conexão de cabos de ancoragem por meio de um ROV (veículo operado remotamente).

Tradicionalmente, essa operação exige ao menos duas embarcações de manuseio de âncoras, e em alguns casos, uma terceira unidade. A Seagems, ao utilizar um PLSV para todo o processo, introduziu uma nova metodologia que amplia as aplicações desse tipo de navio e otimiza custos no setor offshore.

A Seagems é uma empresa brasileira especializada em engenharia submarina e opera uma frota de seis PLSVs. A companhia, fruto de uma joint venture entre a Sapura Energy Behard e a Paratus Energy Services Ltd, mantém contratos de longo prazo com a Petrobras para toda sua frota.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2025

ASSOCIAÇÕES VEEM PONTOS A SEREM REVISITADOS NA REFORMA DA LEI DOS PORTOS

Por Danilo Oliveira Portos e logística 14/03/2025 - 19:17



Segmentos pretendem dialogar com parlamentares para tentar ajustar ou aprofundar temas como licenciamento, questões laborais e modicidade. PL 733/2025 resultou de trabalhos de comissão formada por juristas concluídos em 2024

O projeto de lei 733/2025, que faz modificações na Lei dos Portos (12.815/2013), ainda produzirá discussões em sua tramitação na Câmara dos Deputados. Representantes de terminais identificaram avanços em relação à segurança jurídica dos contratos de exploração e modelo de contratação dos trabalhadores portuários. Entre os autorizatários, porém, há o entendimento que temas como licenciamento ainda podem ser revisitados. Os terminais retroportuários alfandegados temem a ingerência da Antaq além da zona primária. Já alguns representantes de usuários pretendem ampliar o debate acerca das garantias de modicidade de preços e da qualidade do serviço prestado.

O texto, protocolado no último dia 28 de fevereiro, manteve a base do anteprojeto apresentado pela Comissão de juristas para a revisão legal da exploração de portos e instalações portuárias (Ceportos) no final de 2024. A diretriz do PL é que a política setorial, a operação, a exploração, a regulação e a fiscalização do sistema portuário devem seguir princípios como segurança jurídica, regulação equilibrada, intervenção subsidiária e excepcional do Estado na atividade econômica e livre concorrência.

A Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) destacou que o PL 733/2025 dá mais segurança jurídica para investimentos ao abrir a possibilidade de prorrogação dos contratos de arrendamento, com os arrendatários podendo pleitear até 70 anos de contrato de exploração. O diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva, explicou que essa mudança não fará automaticamente com que todos os contratos sejam renovados por esse período, mas vai retirar uma barreira existente, sobretudo para contratos anteriores ao decreto 9.048/2017. Ele ressaltou que, sendo aprovada, essa regra dependerá da análise do poder concedente e das autoridades portuárias.

O decreto 9.048/2017 introduziu a possibilidade de prazo de até 70 anos para os arrendamentos, considerando aditivos para renovações sucessivas. Um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) limitou a hipótese de concessão desse prazo aos contratos licitados a partir desse decreto. A ABTP verifica que existem contratos em seu prazo inicial, anteriores ao decreto, que não conseguem pleitear aumento do prazo de concessão por conta dessa restrição da Corte de Contas.

A ABTP avalia que o projeto pode endereçar a questão do licenciamento, dando mais celeridade e reduzindo a burocracia dos processos. Outro ponto citado no texto vai no sentido que os conselhos de autoridade portuária (CAPs) sejam consultivos, mas definam as matérias que precisam ter parecer. Silva disse que a proposta da associação era que os CAPs voltassem a ser deliberativos, mas ponderou que a mudança prevista na forma de votação é positiva, com governo, setor empresarial, usuários e trabalhadores tendo direito a votar por bloco. O entendimento é que esse modelo tornará as discussões mais harmônicas e democráticas, permitindo que a comunidade portuária participe.

A associação também espera que a aprovação do PL solucione impasses laborais, abrindo porta para investimentos e novas contratações de trabalhadores. A proposta legislativa muda o foco da exclusividade de contratação nos terminais dentro do porto organizado. Em vez de ser do trabalhador portuário avulso (TPA), a exclusividade passa a ser de trabalhadores portuários de forma geral que tenham uma habilitação que ainda será criada. Silva disse que serão considerados trabalhadores portuários aqueles que trabalham próximo do navio — em atividades de carga, descarga e na movimentação do costado, por exemplo.

A ABTP entende que a legislação atual faz com que os terminais dentro do porto organizado precisem escolher exclusivamente dentre os trabalhadores avulsos, via órgão gestor de mão de obra (Ogmo) para contratação de vínculo permanente (CLT). A interpretação é que, quando não há avulso disponível, a empresa enfrenta dificuldades jurídicas para contratar. O PL 733/2025 passa a associar a exclusividade à habilitação, e não à categoria. As formas de transição ainda serão discutidas no Congresso.

O diretor-presidente da ABTP ressaltou que hoje o trabalhador avulso só é suprido pelo Ogmo e só pode trabalhar no porto associado a essa organização local. Com as mudanças esperadas, o trabalhador habilitado poderá exercer sua função em qualquer porto do país. “A exclusividade do jeito que está hoje não pode continuar porque não atende às necessidades do setor. Os terminais enfrentam a situação de trazer novos equipamentos para operar e falta gente [mão de obra]. É preciso rever essa questão da exclusividade”, defendeu Silva.

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) tem expectativas positivas, mas ainda vê a necessidade de ajustes, especialmente no que diz respeito às contribuições para o licenciamento ambiental e aos aspectos patrimoniais. O presidente da ATP, Murillo Barbosa, disse que é essencial assegurar a segurança jurídica e adequar o arcabouço regulatório, de modo a contemplar as particularidades do setor portuário e, especialmente, os terminais de uso privado (TUPs).

Na avaliação da ATP, não foram abordados pontos relevantes da Lei 10.233/2001, tais como a questão da ausência de direito adquirido nos contratos de autorização portuária. A associação também identificou uma separação entre os princípios aplicáveis ao transporte terrestre e à infraestrutura portuária que precisa ser revisitada.



A ATP considera que, no setor portuário, o estímulo à concorrência e a liberdade de preços são fundamentais, diferentemente do transporte terrestre, enquadrado como serviço público. Barbosa acrescentou que as modificações sugeridas também buscam segmentar a atuação regulatória da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) em relação a concessões, arrendamentos e autorizações, considerando a natureza distinta de cada contrato.

A Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra) avalia que o PL 733/2025 é fundamental para a modernização e atração de investimentos ao setor portuário. “É uma oportunidade única para esse avanço, considerando também a forma democrática de que o texto foi construído, com a participação dos stakeholders do setor”, comentou o presidente-executivo da Abtra, Angelino Caputo.

No entanto, a Abtra repudiou e defendeu a exclusão de um dispositivo que prevê que a Antaq “estabelecerá, no plano infralegal, os critérios e formas de exploração (...) dos terminais retroportuários alfandegados”. A interpretação da Abtra é que os terminais retroportuários alfandegados de zona secundária prestam serviços diretamente aos importadores. Caputo disse que, conceitualmente, as cargas já passaram pelo porto e não há razão para a agência reguladora continuar seguindo a carga pelo interior do país.

A associação discorda que essa regulação seja necessária para disciplinar o trânsito nas rodovias e acessos urbanos que levam aos portos. Caputo argumenta que nenhum caminhão que retira cargas de importação pode entrar no porto se não estiver com horário agendado. A Abtra questiona se a Antaq teria competência e recursos para regular e fiscalizar também aeroportos, fronteiras terrestres, indústrias e zonas de processamento de exportações (ZPEs). “O conceito de terminal retroportuário alfandegado é bem amplo. Também recebe cargas de aeroportos e de fronteiras terrestres. Pode ainda ser um depósito da própria indústria que faz entrepostagem aduaneira ou um armazém dentro de uma ZPE”, salientou Caputo.

A Associação Brasileira dos Usuários de Transporte e da Logística demonstrou preocupação com a flexibilização em torno das garantias de modicidade de preços e da qualidade dos serviços prestados. O presidente da Logística Brasil, André de Seixas, afirmou que houve uma ‘quebra de acordo’ num dos artigos que constava no anteprojeto, o que coloca em xeque a modicidade.

A Logística Brasil chamou a atenção que, enquanto a lei em vigor (12.815/2013) fala em ‘garantia da modicidade e da publicidade das tarifas e preços praticados no setor, da qualidade da atividade prestada e da efetividade dos direitos dos usuários’, o PL 733/2025 propôs o termo ‘estímulo à modicidade de preços praticados no setor, da qualidade da atividade prestada e da efetividade dos direitos dos usuários’. Seixas disse que, ao inserir a expressão ‘estímulo’, em vez da ‘garantia’, houve uma mudança de última hora na redação em relação ao acordado entre as partes.

“A garantia de modicidade está sendo perdida pelo usuário. Mudaram aos 48 minutos do segundo tempo, descumprindo acordo que fizemos. Para nós, a modicidade é pagar preço em bases justas. (...) Houve uma ‘traíagem’, foi feito um acordo. Sabemos quem cumpriu [o acordo], mas não quem descumpriu. Estamos atrás”, declarou Seixas. Ele lembrou que, no começo da pandemia, houve uma tentativa semelhante no PLV 030/2020, que acabou recebendo veto presidencial na época após apontamento da Logística Brasil.

A Logística Brasil alega que retirar essa garantia de modicidade é péssimo para o usuário e bom para o prestador do serviço, além de atrapalhar a regulação. A associação defende que o preço ser módico é um estímulo para que o usuário importe, exporte e embarque. Seixas frisou que a qualidade e os preços são fundamentais para aumentar o fluxo do comércio exterior. “Se o volume de carga cresce, é graças ao embarcador, ao importador e ao exportador. O porto tem que disponibilizar serviço adequado dentro dos limites que tem e dentro daquilo que ele tem de capacidade máxima, e atender bem a preços módicos. Não é barato, é preço pago em bases justas. É inaceitável, uma inversão da ordem”, criticou.

A Logística Brasil pretende buscar diálogo com parlamentares e entidades. “Acredito que haverá grande movimento de diversas entidades do agro, indústria, comércio e serviços em torno disso. Esse PL é um desestímulo ao aumento de carga de cabotagem e ao aumento de carga de importação e exportação, principalmente nos contêineres. Vai pegar em cheio um segmento que vem crescendo ano a ano”, alertou Seixas.

A Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) considera essencial a revisão do marco legal que rege desde 2013 o sistema portuário nacional, como forma de destravar investimentos, removendo barreiras à expansão e eficiência dos portos, particularmente no segmento de Tecons, que observa um vácuo de mais de 10 anos no investimento em novas instalações. O diretor-executivo da Abratec, Caio Morel, destacou a transparência dos trabalhos da Ceportos e a oportunidade de colaboração de todos os stakeholders ao longo do ano passado.

Para a Abratec, o PL 733 atende aos objetivos de se criar um ambiente amigável aos investimentos, diminuindo a burocracia e controle excessivos, prestigiando a livre iniciativa. Em nota, a associação manifestou que as propostas corrigem anomalias no mercado de trabalho portuário advindos da ‘há muito obsoleta’ cláusula de exclusividade aos trabalhadores avulsos na contratação de trabalho à vinculo empregatício nos terminais portuários privatizados.

Na avaliação da ABTP, a tramitação célere desse projeto é uma necessidade do Brasil, que há 13 anos enfrenta problemas que afetam investimentos no setor portuário. O diretor-presidente da ABTP concorda que o anteprojeto apresentado pela Ceportos no ano passado teve ampla participação do setor. “Esse PL virando lei vai rapidamente desobstruir uma série de investimentos e dar conforto jurídico para que eles possam ser feitos”, projetou Silva.

O PL, resultado dos trabalhos conduzidos pela Comissão de Juristas, foi protocolado pelo deputado federal Leur Lomanto Junior (União/BA). A Ceportos foi instituída pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP/AL) e foi presidida pelo ministro Douglas Alencar Rodrigues, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 14/03/2025

PRIMEIRO REBOCADOR ELÉTRICO DA AMÉRICA LATINA CONCLUI TESTES ANTES DE SEGUIR PARA O CHILE

Da Redação Indústria naval 14/03/2025 - 19:27



O primeiro rebocador elétrico da América Latina, desenvolvido em parceria entre a Enap e a Saam Towage, está na fase final de testes na Baía de Tuzla, em Istambul, na Turquia. A embarcação passa por avaliações de desempenho no mar e de tração a ponto fixo antes de seguir para o Chile, onde vai operar em Puerto Chacabuco, na região de Aysén.

Os testes indicaram um desempenho superior ao esperado, com o rebocador atingindo 72 toneladas de tração a ponto fixo. Essa embarcação é a terceira da frota elétrica da Saam

Towage, que já opera dois modelos semelhantes no Canadá. O projeto faz parte do compromisso com a transição energética e com soluções sustentáveis para o setor marítimo, contribuindo para a redução de emissões de CO₂.

Projetado pela Robert Allan Ltd e construído no estaleiro turco Sanmar, o rebocador tem 25 metros de comprimento e 13 metros de largura. Sua chegada ao Chile está prevista para o primeiro semestre de 2025, onde será utilizado em operações de atracação e desatracação de embarcações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 14/03/2025



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 042/2025
Página 50 de 50
Data: 17/03/2025
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 17/03/2025